

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 024/025 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 22/26 DE MARÇO DE 2001 ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE MARÇO DE 2001**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Ademar Traiano e Antonio Anibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Durval Amaral e Moysés Leônidas (06). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (48).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente, com base no artigo 88 do Regimento Interno, deixa de abrir a presente sessão por absoluta falta de quórum.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 478/97, 154/99, 424/2000 e 017/2001, e do Projeto de Resolução nº 035/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 444/99, 074 e 078/2000, e do Projeto de Resolução nº 003/2001.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 600/99 e 106/2000.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
26 DE MARÇO DE 2001**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja aprovado Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Resolução nº 006/2201, de sua autoria, que trata da criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de várias irregularidades em diversos setores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, conforme os artigos 182 e 183 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 080/99, que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo que cria a Agência Estadual de Controle da Empresas Pedagógicas, de autoria do deputado Beto Richa.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei nº 076/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 009/2001, que dispõe sobre a elevação de 22 para 24% o percentual de adição do álcool à gasolina.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a desanexação do Projeto de Lei nº 527/99, de sua autoria, que autoriza o governo do Estado a criar a Agência Estadual de Controle das Empresas Pedagógicas - AGECEP, do Projeto de Lei nº 080/99.

Outrossim, Requer Regime de Urgência ao seu projeto de lei acima mencionado.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - Instalação de CEI - Comissão Especial de Investigação, composta de 5 (cinco) membros desta Casa de Leis, para que num prazo de 30 (trinta) dias apure lici-

tações de obras de implantação de Rede de Água e Esgoto pela Sanepar, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Antonio Pirolla, pai do vereador do município de Japurá, José Pirolla, falecido no último dia 23 de março no citado município.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro, nos Anais desta Casa de voto de congratulações pelo aniversário de 15 anos de Ana Luísa Accorsi Cartelli, completados no dia 21 de março, filha de Luzia Catarina Accorsi Cartelli e Ênio Cartelli.

Que, da decisão, se dê ciência a seu pai Ênio Cartelli. Endereço: Rua Accioly Filho, 476 - caixa postal 30 - 87900-000 - Loanda - PR.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente.

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pela comemoração de seus 32 anos.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT comemorou em data de 20 de março seus 32 anos de atividades. Mas o serviço postal brasileiro faz parte da História do Brasil, como instituição, desde 1663, quando a Coroa Portuguesa nomeou João Cavalheiro Cardoso como correio-mor do Brasil.

Hoje, o Correio está presente em todos os 5.561 municípios brasileiros. O último a contar com uma unidade foi o município de Rio do Fogo, no Rio Grande do Norte. No Brasil são 12.212 agências, o que inspirou a campanha "Correios 100% Brasil".

De 1999 a 2000, o volume de tráfego subiu de 7,4 bilhões para 8,7 bilhões de objetos. No total transportado, no mesmo período, destaca-se o crescimento de 36,35% do tráfego de cartas simples, que passou de 3,6 bilhões para 5,0 bilhões e Sedex, que cresceu de 11% subindo de 77 milhões para 85,5 milhões de encomendas. No campo

dos investimentos, os Correios prosseguem em sua política de modernização de infra-estrutura operacional, com as inversões de R\$289,6 milhões para R\$368,5 milhões.

Pela comemoração de seus gloriosos 32 anos, receba a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (João Negrão, 1251), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Medianeira, senhor Adilso Antonio Prigol, extensivamente a toda diretoria, pela posse da mesma para a gestão 2001, no próximo dia 31 de março.

Requer, outrossim, que conste nos Anais desta Casa o reconhecimento deste parlamentar à Acime, que é uma entidade representativa que congrega um número superior a 300 (trezentas) empresas de Medianeira e Serranópolis do Iguaçu, sendo exemplo paranaense de referência em convênios com a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, Sebrae - PR, Junta Comercial do Paraná, além de se destacar pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

Que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente da Acime, senhor Adilso Antonio Prigol, no seguinte endereço: Avenida José Callegari, 700 - Caixa Postal 256 - CEP - 85884-000 - Medianeira - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi que subscreve o presente documento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se registre nos Anais desta Casa, voto de louvor dirigido ao jornalista José Gonçalves, pela criação do jornal Visão na cidade de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Magro ganha, a partir deste mês de março, através da iniciativa de José Gonçalves, o jornal Visão que assume a responsabilidade de decantar as suas potencialidades sócio-econômicas, os seus feitos, as suas realizações, assim como se transformar em caixa de ressonância das suas reivindicações, levantando sua carências, levando-as até os poderes

públicos, buscando soluções para atendimento àquela comunidade.

Que, da decisão, se dê ciência ao homenageado no seguinte endereço - Jornal Visão, Rua das Violetas, 53 CEP - 83535-000 - Campo Magro - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma o presente, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a apresentação dos cumprimentos deste Poder ao vereador Elder Boff, presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, pela sua eleição como novo presidente da Associação das Câmaras municipais do Oeste do Paraná - Acamop, no último dia 24 de março. As mesmas congratulações são extensivas aos demais componentes da nova Diretoria.

À presente manifestação, soma-se os efusivos augúrios deste parlamento para que a diretoria eleita da Acamop tenha uma feliz e profícua gestão.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se que seja dado ciência ao interessado, vai correspondência a ser encaminhada a Câmara Municipal de Santa Helena, CEP - 85892-000 - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O deputado estadual Hermes Fonseca Filho, no uso de suas atribuições regimentais, e legais, REQUER, a Vossa Excelência que sejam encaminhados, após ouvido o Plenário da Casa, a Sua Excelência o senhor secretário de Estado dos Transportes - Nelson Justus - as solicitações a seguir discriminadas:

1 - Execução de serviços de reparos em quatro pontos da estrada do Cerne, no trecho compreendido entre São Jerônimo da Serra e Sapopema.

2 - Limpeza das canaletas e roçada do mato nas margens da mesma, no trecho compreendido entre São Jerônimo da Serra e Ventania.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia do Cerne entre São Jerônimo da Serra e Sapopema apresenta boas condições de tráfego. Há, no entanto, alguns buracos em quatro pontos distintos que se forem reparados imediatamente contribuirá para a preservação da mesma.

Porém, ao longo do trecho citado no item 2, há necessidade de limpeza das canaletas para evitar que a água corra pela pista de rolamento e que o mato das margens seja cortado, para aumentar a visibilidade dos motoristas vez que a estrada é de mão dupla e estreita, evitando, com essas medidas, os riscos de acidentes e avarias na pista.

**REQUERIMENTO Nº 556**

Senhor Presidente.

O deputado estadual que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, REQUER, a Vossa Excelência e após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao presidente da Telepar Brasil - Telecom - senhor Juan Ramon Aviles - para determinar o desbloqueamento de telefones na cidade de Ibaiti - PR, com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) HERMES FONSECA

**JUSTIFICATIVA:**

Temos recebido inúmeras reclamações de usuários da Telepar Brasil - Telecom, da cidade de Ibaiti - PR, que estão com os seus telefones bloqueados, impedidos de fazerem ligações e de receberem ligações a cobrar.

Estima-se que há cerca de 100 linhas nessa situação.

Alegam os usuários reclamantes que a Companhia vem cobrando valores altos nas ligações locais (há caso por exemplo, de cobrança de 750 impulsos além dos 100 permitidos); que a mesma não tem aceitado as reclamações dos usuários e que, como punição, a Telepar bloqueia as respectivas linhas.

Não tendo obtido êxito nas suas reclamações, apela, os usuários, pela intermediação desta Assembléia para resolverem seus problemas.

**REQUERIMENTO Nº 568**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Digníssimo presidente do Tribunal de Regional Federal (4ª Região), doutor Fábio Bittencourt da Rosa, com endereço no Rua Mostardeiro, nº 483, bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre/RS, CEP - 90430-001, objetivando instalação da 2ª Vara da Justiça Federal no município de Francisco Beltrão/PR. O atendimento desta reivindicação premiará o município e dignificará, ainda mais, o Poder Judiciário Federal na Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

Está tramitando no STJ, para posterior encaminhamento ao Poder Legislativo federal, ante projeto de lei que visa a criação de diversas Varas da Justiça Federal, nos Estados abrangidos pela 4ª Região (PR, SC e RS). Muitas destas Varas seriam distribuídas entre municípios a serem escolhidos por este Tribunal Regional Federal.

Francisco Beltrão está pleiteando a instalação da 2ª Vara da Justiça Federal na sua circunscrição.

A concentração, na circunscrição de Beltrão, de todos os processos de competência da Justiça Federal que tramitam no Sudoeste do Paraná; o excesso de trabalho, impedindo maior agilidade nos julgamentos; o fato do município ser referência regional nos aspectos econô-

mico, comercial e de negócios, bem como, a proximidade com a fronteira Argentina, são relevantes motivos para justificar este requerimento.

Francisco Beltrão sempre esteve na frente dos demais municípios na estruturação de órgãos estaduais e federais. A instalação de mais esta Vara da Justiça Federal premiará o desenvolvimento da região e dignificará, ainda mais, o Poder Judiciário Federal.

**REQUERIMENTO Nº 554**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, solicitando providências quanto a má conservação das estradas rurais de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais.

A má conservação das estradas rurais de Ponta Grossa está dificultando o escoamento da safra de milho. O município de Ponta Grossa possui cerca de 600 quilômetros de estradas rurais em mau estado de conservação. De janeiro para cá, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos conseguiu recuperar cerca de 71 quilômetros. A situação se agrava com o pico da colheita de milho, que está sendo escoada de maneira precária, trazendo muitos prejuízos para os transportadores. Quando chove, fica impossível o trânsito de veículos e quando faz sol as pedras podem cortar pneus e latarias.

A estrada da Bocaina, por exemplo, já foi batizada pelos agricultores como "rodovia carreiro de boi", pois está um verdadeiro carreiro. Se dois caminhões ou máquinas grandes se encontrarem, sem sentido inverso, é capaz de se enroscarem.

Diante dos fatos acima expostos, solicito que seja feito um trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e o DER, através das Patrulhas Rurais, para que a situação das estradas rurais não fique mais precária do que já está.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 558**

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao doutor José Serra, Ministro da Saúde, solicitando o estudo de medidas para racionalização das embalagens de medicamentos.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Uma das grandes artimanhas perpetradas pela indústria farmacêutica praticamente toda ela assenhorada por empresas multinacionais, é a confecção de embalagens, em sua grande maioria, exageradamente onerosa aos bolsos do usuário.

O consumidor de remédio é freqüentemente obrigado a adquirir quantidades acima de suas necessidades, forçando-se ao gasto desnecessário, ao desperdício, ou as vezes, ao uso de forma errônea e provocadora de malefícios ao seu organismo.

Deparamo-nos nas prateleiras das farmácias com invólucros embalando drágeas, comprimidos, pastilhas, sempre em número bastante superior às necessidades do paciente, o mesmo acontecendo com medicamentos líquidos ou pastosos, armazenados em grandes potes, vidros, frascos, etc.

Presume-se que em cada lar brasileiro, exista uma gaveta, uma caixa, um baú, estocando sobras de medicamentos, frutos que foram de despesas desnecessárias ou fatores futuros de complicações para a saúde, por ingestão de remédios vencidos.

#### REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de ofício à empresa Brasil Telecom S/A - Telepar, sediada à Travessa Teixeira de Freitas, 75, nesta cidade, solicitando rever a determinação de desativar o Posto Telefônico existente na Ilha de Superagüi, substituindo essa benfeitoria pelo uso do telefone com cartão.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A concretizar-se tal medida, panteia-se que a empresa em questão, consideração alguma prestará a aspectos sociais.

A localidade Superagüi é habitada pelos nossos irmãos caiçaras que têm na pesca e na agricultura familiar, os seus meios de sobrevivência.

Todo e qualquer aceno de progresso é recebido com as maiores manifestações de alegria por aquela gente sofredora, simples, conformada.

A desativação do posto telefônico e sua substituição por ligação via cartão causará sérios e tristes transtornos àquela parcela da sociedade paranaense.

Daí o nosso apelo para a revisão da determinação.

#### REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, solicitando a instalação de um Posto do Corpo de Bombeiros na sede do município de Iporã.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Iporã, por sua localização, a uma distância que vai de 20 a 60 quilômetros dos municípios

de Terra Roxa, Palotina, Brasilândia do Sul, Alto Piquiri, Cafezal do Sul, Pérola, Esperança Nova, São Jorge do Patrocínio e Altônia, permitindo condições de atendimento a esses municípios com rapidez.

O Posto do Corpo de Bombeiros, reivindicado para o município de Iporã, posicionado estrategicamente no centro dos municípios acima nominados, representa antigas aspirações dos moradores daquela região, liderados pelo destacado empresário de Iporã, senhor Cláudio Reis dos Anjos Silva, cujo benefícios se traduzirão em maior segurança para aquela importante região do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, solicitando medidas urgentes para construção de um Módulo Policial, na sede do Distrito de Guairacá, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da violência no distrito de Guairacá, município de Guarapuava, de dois anos para cá, vem apavorando aquela população, dado os seguidos assaltos, roubo de gado, arrombamento de residências e toda espécie de violência contra a população.

Por estar localizado em torno de 45 quilômetros da sede do município, com a existência unicamente de um Posto Telefônico que não opera no período da noite e as difíceis condições de tráfego da estrada que faz a ligação entre Guairacá e a sede, o atendimento policial fica prejudicado, permitindo livre ação de marginais que apavoram a população.

#### REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando coleta de sangue da população de Adrianópolis, com referido diagnóstico, e cópia de laudos médicos dos exames.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

(aa) BERALDIN, FERNANDO RIBAS CARLI, ADEMIR BIER, GERALDO CARTÁRIO, CLEITON KIELSE, LUCIANA RAFAGNIN e ALGACI TULIO.

#### REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao governo do

Estado do Paraná, solicitando o não fechamento da Agência de Rendas de São Miguel do Iguaçu.

A apresentação do presente requerimento deve-se a reivindicação da população que está satisfeita com o atendimento, a nosso ver não existe uma justificativa palpável para o fechamento, pois a agência funciona em prédio próprio e conta com movimento e renda suficiente para justificar o seu funcionamento.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Justus, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento das rodovias que ligam Guaporema-Rondon; São Manoel do Paraná-Indianópolis, e Japurá-São Tomé-Cianorte.

A proposta que apresentamos fundamenta-se no Ofício nº 021/2001 recebido da Prefeitura Municipal de Rondon, através do qual encaminha o abaixo-assinado dos moradores das referidas localidades, que tomaram a iniciativa de reivindicar o recapeamento das estradas, por estas se encontrarem em péssimas condições.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor José Augusto Mossambani, prefeito municipal de Rondon (Av. Brasil, 1500 - centro) e ao vereador Anivaldo Cucco, presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) - CEP 87800-000.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 574

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente e convocação a Excelentíssima senhora Alcyone Saliba - Digníssima secretária de Estado da Educação, com cópia para Excelentíssimo senhor Jaime Lerner - Digníssimo governador do Estado do Paraná, solicitando contratação de professores para suprir as necessidades das escolas, e que a senhora secretária seja convocada a prestar informações na Comissão de Educação desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni; Presidente da Comissão de Educação.

JUSTIFICATIVA:

Pais, alunos e professores de colégios estaduais do Paraná, reclamam a falta de professores para dar aulas.

Em uma pequena avaliação constatamos a necessidade de professores nos seguintes colégios estaduais:

Hasdrubal Bellegard, 1º e 2º graus, nos 03 períodos (manhã, tarde e noite), Anibal Khury - Umbará - Curitiba, João Ribeiro de Camargo - Colombo, Mário Braga - Piraquara, Chico Mendes - Planta São Marcos - São José dos Pinhais, Tancredo Neves - falta professores nas disciplinas de Português e Inglês - Almirante Tamandaré, João Guerio - São Dimas - Colombo, São Pedro Apóstolo - Boqueirão - Curitiba, Paulo Leminski - Tarumã - Curitiba, Iara Bergman Osternack - Curitiba, Paulino Costa Curta - Alto Maracanã - Colombo, Rosa Frederico Jonson - Cachoeira - Almirante Tamandaré, Anita Canet - Fazenda Rio Grande, Amintas de Barros - Jardim Esplanada - Pinhais, Santo Agostinho - Boqueirão - Curitiba, Afonso Pena - São José dos Pinhais, Avelino Antonio Vieira - Fazendinha - Curitiba, Djalma Marinho - Campo Largo, Pinheiro do Paraná - Santa Felicidade - Curitiba, Benedito João Cordeiro - Bairro Novo - Curitiba, Professora Rosilda de Souza Oliveira - Jardim Guaraituba - Piraquara, Antonio Lacerda Braga - Colombo, Eunice Borges - São José dos Pinhais, Teotônio Vilela - Campo Comprido - Curitiba, La Salle - Pinheirinho - Curitiba, Benedito João Cordeiro - Sítio Cercado - Curitiba, Santa Gema Galgani - Abranches - Curitiba, Senhorinha de Moraes Sarmiento - Centenário - Vila Camargo - Curitiba, Costa Viana - São José dos Pinhais, Protásio de Carvalho - Fazendinha - Curitiba, Fazenda Velha - Araucária, Paulo Leminski - Curitiba, Ângelo Volpato - Santa Felicidade - Curitiba, Milton Carneiro - Alto Boqueirão - Curitiba, Genésio Moreske - Colombo, Ivonete Martins de Souza - Piraquara, Nilson Ribas - CIC - Curitiba, Francisco Zardo - Santa Felicidade - Curitiba, Ildegard Sondal - Conjunto Caiuá - Curitiba, Colégio Estadual de Curitiba, Guatupê - São José dos Pinhais, Pedro Macedo - Água Verde - Curitiba, Mario Vidal de Moraes - São José dos Pinhais, Inês de Vicente Boroski - Sítio Cercado - Curitiba e Santa Rosa - Cajuru - Curitiba.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar através de expediente, o presente a senhora Alcyone Saliba - Digníssima secretária de Estado da Educação.

#### REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, em regime de urgência, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações (SAS - quadra 6 - Edifício Ministro Sérgio Motta, 70313-900 - Brasília - Distrito Federal), solicitando relatório que especifique os índices de aumentos autorizados nas tarifas telefônicas no período de 1995 a 2001.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa conheça os índices autorizados nos aumentos de tarifas telefônicas praticadas no período entre 1995 e 2001.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor presidente da Copel, Companhia Paranaense de Energia, doutor Ingo Henrique Hübert, e ao senhor secretário da Comunicação Social, pedido de informações acerca do que segue: a) empresa(s) contratada(s) para produzir e divulgar a propaganda institucional acerca das razões da venda da Copel, b) bem como indicação de informações acerca do custo de: b1) produção, b2) divulgação e b3) veiculação da peça publicitária.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente, REQUER:

1 - Ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes informações:

a) Cópia de todos os contratos de obras da empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda, especialmente as executadas para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sanepar.

b) Informação se empresa Itajuí Engenharia de Obras Ltda, está habilitada à executar obras para o governo do Paraná ou empresas do governo.

c) Cópia do processo em curso da mesma empresa e outras em relação as obras no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) BERALDIN

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 dias a contar de 1º de abril, o prazo contido no artigo 4º da Resolução nº 10/2000 para apresentação de Emendas de Revisão Constitucional.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) CAITO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal projeto de resolução pretende dar um prazo maior para a apresentação de emendas a revisão constitucional pelos nobres parlamentares desta Casa de Leis.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 77/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro de Apoio à Recuperação Infantil doutor Hugo Dehé, com sede e foro no município de Londrina - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Apoio à Recuperação Infantil doutor Hugo Dehé tem como objetivo apoiar a recuperação da saúde de crianças carentes, na faixa de 0 a 1 anos, que receberam alta hospitalar e que não possuem boas condições domiciliares para a sua convalescença.

Objetiva prestar atendimento eletivo de assistência à saúde programado e contínuo às crianças que objetivam alta hospitalar e que foram encaminhadas ao Centro de Apoio à Recuperação Infantil doutor Hugo Dehé.

Proporcionar assistência a saúde de crianças, em regime de internação, que obtiveram alta hospitalar, mas necessitam de assistência direta programada por período superior a 24 horas.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 78/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina/Creche Antonio Augusto Farias, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos felizes em entrar com este projeto de lei de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina, sabemos que com esta atitude estamos fazendo justiça com a entidade.



Somos testemunha do grande trabalho que esta Sociedade Beneficente vem desempenhando no atendimento a mais de 200 (duzentas) crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 14 anos.

Proporcionando aquelas crianças desenvolvimento físico e psíquico, alimentação, cuidados maternos, higiene, assistência social, médico e odontológico, recreação e orientação pedagógica.

As duas creches que são mantidas pela instituição oferecem atendimento integral, possibilitando às mães trabalharem fora sabendo que seus filhos além de tudo o que já foi descrito, também recebem muito amor e carinho.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 79/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Central Cidadã, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**JUSTIFICATIVA:**

A Central Cidadã é uma entidade sem fins lucrativos, da iniciativa privada, com independência administrativa e financeira.

Como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, tem seus objetivos principais desenvolver modelos de projetos para empresas comunitárias, e geração de renda familiar.

Incentivar a promoção de cursos, palestras e eventos voltados ao treinamento e requalificação profissional, propor educação social e ambiental para crianças e adolescentes das escolas públicas e privadas, fomentar atividades na saúde, agricultura serviços, comércio e indústria, incrementar o artesanato, folclore e as atividades culturais, etc.

Portanto, acreditamos na missão social que a Central Cidadã cumpre nos setores de atuação, assim merece ser declarada de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 80/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica acrescentado o parágrafo único. do artigo 7º da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - ...

II - ...

Parágrafo Único - Dos 30% (trinta por cento) dos recursos estabelecidos no inciso anterior, serão destinados R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ao Fundo de Conservação Rodoviária (Funcor), para aplicação exclusiva na recuperação da malha rodoviária estadual.

Art. 2º - Ficam mantidos os demais artigos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1.998.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Em vista da precária situação que se encontra a malha rodoviária estadual será necessária a adoção de medidas urgentes para a sua recuperação.

A importância de se aplicar parte dos recursos da alienação da Copel para a melhoria das condições de tráfego nas rodovias paranaenses e, desta forma, evitar os enormes prejuízos e os altos custos operacionais que vem sendo enfrentados pelos usuários da malha estadual.

PROJETO DE LEI Nº 81/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do artigo 37 da Lei Complementar n 76, de 21 de dezembro de 1.995, a encampar os serviços sob concessão rodoviária em todo o Estado do Paraná, por motivo de interesse público e inexecução dos respectivos contratos.

Art. 2º - Com a encampação, o DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, assumirá os serviços anteriormente concedidos.

Art. 3º - A partir da publicação desta lei, passam a vigorar as seguintes tarifas:

I - R\$1,00 (um real) para automóveis; e

II - R\$0,50 (cinquenta centavos) por eixo para os demais veículos.

Parágrafo Único - Os valores acima serão reajustados pelos índices de custos de obras rodoviárias adotados pelo DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Art. 4º - As eventuais indenizações provenientes do processo de encampação será pagos com até 50% (cinquenta por cento) dos recursos oriundos das receitas estabelecidas no artigo anterior.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Desde a instituição dos pedágios no Estado do Paraná são crescentes as manifestações de repúdio por diversos segmentos da sociedade, em especial os usuários e a classe produtora, decorrente dos custos de transporte e seu reflexo no custo final das mercadorias.

Paralelamente, a imprensa vem noticiando o não cumprimento das obrigações previstas em lei e estabelecidos em contratos, objetivando as melhorias e a manutenção da malha rodoviária.

Além disso, o órgão técnico estadual, gestor pelo cumprimento dos contratos, o DER/PR, vem sistematicamente constatando deficiência no cumprimento das concessões, inclusive penalizando as empresas concessionárias com multas.

Diante desses fatos, a Assembléia Legislativa do Paraná não pode omitir-se em defesa da sociedade paranaense, especialmente aos usuários das rodovias no Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk, por cinco minutos.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados.

O governo do Estado do Paraná não achando mais recursos de ordem técnica e, principalmente de convencimento político, está mudando a regra do jogo, chamando deputados da base governista, através de seus aliados, pressionando os deputados na retirada dos comandos políticos do interior, tirando das suas mãos a indicação de inspetores de ensino, de delgados de polícia, de tudo aquilo que abrange, realmente a sustentação política da base governista.

E ainda pior, senhor presidente, senhores deputados, faço essa denúncia pública, eles querem vender a Copel e fazem as reuniões, para a venda da Copel e os acordos políticos no Chapéu Pensador, que é propriedade da Copel. Isso é igual a querer destruir a casa e no alícerce ir corroendo-o, para que a casa caia. Tivessem eles um pouco mais de prudência.

Eles poderiam fazer as reuniões, contra a Copel, na Ópera de Arame. Lá, sim, é um lugar bonito, aplausível e não é da Copel. Se o Jaime Lerner não quiser fazer na Ópera de Arame, ele que reúna a sua base de Situação e vá no Museu Paranaense, naquele que chove dentro, que tem bastante goteira.

Jaime Lerner, não faça nas dependências da Copel, porque lá você quer vendê-la. É inadmissível que o governo use a condição, pela qual homens honrados que passaram no governo do Paraná, como Beto Munhoz da Rocha Neto, Parigot de Souza, Ney Braga e outros nomes que fazemos referência fora, neste momento, de posição que tomaram a favor da família paranaense, no dia de amanhã.

Daqui a uns poucos anos, nesta tribuna, quando nós não tivermos mais assento como deputados nesta Casa, virá um outro deputados, fazendo as mesmas referências que estamos fazendo do Bento, do Parigot de Souza e do Ney Braga. E irão fazer também referência desse governador que está vendendo o Paraná, pela sua incompetência administrativa. Também virá nesta tribuna algum deputado que vai apontar aqueles que não quiseram somar com o povo paranaense, através da pesquisa realizada: 97% da população é contra a venda da Copel.

Respeitamos todos os deputados da base governista, mas não aceitamos é que o governador, cômico das suas responsabilidades, homem que diz que seu governo é transparente, usando dependência da Copel para acabar com seu patrimônio, querendo a venda. Deputados dessa Casa, inclusive da Mesa Executiva, são convidados para reunião, no Chapéu Pensador.

E peço ao senhor presidente que aí está, ilustre deputado Elio Rusch, que mande um conselho, e aqui se encontra o vice-líder do Governo, ilustre deputado Aedmar Traiano: - governador, faça reunião, não nas dependências e no Chapéu Pensador. Use um pouco de prudência, de respeito à memória do Paraná usando de local que foi do suor, do trabalho, do sacrifício dos honestos paranaenses, que passaram pela presidência da Copel e pelo governo do Estado, e o senhor vai na casa, na família da Copel, fazer reunião para destruir e vender a Copel.

Mude, como...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência passa a falar no horário do PDT.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Se não desejar fazer na Ópera de Arame, que é uma belíssima obra, se não desejar fazer no Museu Paranaense - que o senhor não faz a reforma, vá fazer no Jardim Botânico, faça a reunião lá, entre as flores, entre as árvores, faça a reunião no Meio Ambiente, que o senhor tão bem defende e esquece do rio Belém - que está a céu aberto aí, com todo saneamento a ser feito na cidade de Curitiba. Faça a reunião aonde o senhor desejar, menos dentro da Copel, menos dentro do patrimônio que ainda é do Paraná e que nós estamos tentando resguardar!

Quero, senhor presidente, senhores deputados, dizer que nós da Oposição já manifestamos publicamente a nossa posição, alguns outros deputados também, publicamente externaram as suas posições, outros até assinaram um projeto que se encontra na mão da Mesa Executiva, e eu tenho a certeza que depois que clarearmos, com a luz da Copel, toda a inteligência desta Casa, nós haveremos de ter a maioria, somando com o povo do Paraná, contra aqueles que querem acabar com o nosso patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, de acordo com que preceitua o Regimento Interno não há quórum para prosseguimento da sessão, portanto solicito a Vossa Excelência que encerre a sessão, uma vez que não temos quórum para prosseguimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos proceder à Chamada Nominal dos senhores deputados. temos que ter, no mínimo 18 deputados presentes para dar continuidade à sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edson Strapasson**)

(**Procede à Chamada Nominal dos senhores deputados**)

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Entendendo que já existe número para a continuidade da sessão, reitero a minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Retirada a Verificação de Votação do deputado Ademar Traiano, e constatando-se quórum para dar prosseguimento, convidamos o segundo orador inscrito, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, e senhores deputados.

Antes gostaria de um esclarecimento da Presidência da Casa, se está confirmada a vinda amanhã, do presidente demissionário da Copel a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está confirmada a presença e o convite foi expedido pela Mesa Executiva ao presidente da Copel e secretário da Fazenda Ingo Hübert, para estar presente, amanhã, às 14:30 horas.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Às 14:30 horas, gostaria que Vossa Excelência recebesse o requerimento que devemos fazer ainda hoje, porque queremos votar a demissão do senhor Ingo Hübert, antes de que ele faça qualquer exposição a esta Casa.

Como 14 deputados pediram através de um requerimento, que seja votado que o presidente da Copel, por não estar à altura de representar os interesses do povo do Paraná na condução dessa empresa, que esse requerimento seja votado antes, amanhã, da presença do senhor Ingo Hübert, aqui na Assembléia Legislativa.

Acho que ficaria muito difícil para nós escutarmos as suas explanações, sendo de que logo depois teríamos que votar a sua demissão.

Então, se o senhor Ingo for demitido da Copel, se a Assembléia decidir pela sua demissão, acho que não lhe cabe vir falar a respeito do processo de privatização. Que o governo envie outra pessoa, representante da Copel, para explicar os problemas técnicos a respeito da possibilidade, da urgência da privatização desta empresa, que não esse senhor, que está à frente da administração da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

Mesmo porque já há uma manifestação da Assembléia Legislativa, quando 14 deputados da base que dá sustentação ao governo assinam o requerimento pedindo demissão do presidente da estatal. Conta com os votos de 15 deputados da Oposição. Acho que temos um número suficiente para entregar aí, ao governador do Estado, manifestação da Assembléia Legislativa, que este Poder não deseja o Ingo Hübert mais a frente da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

O que me traz à tribuna, senhores deputados, é também relativo ao processo da educação no Estado do Paraná.

Hoje pela manhã no programa de rádio com o deputado Ricardo Chab, vários pais de alunos e professores fizeram uma reivindicação e um diagnóstico da situação da Educação, na região metropolitana, no município de Curitiba, dando ciência ao povo da nossa cidade, da falta de professores e de alunos que estão sem aulas nas escolas da região metropolitana de Curitiba.

A secretária da Educação também participou do programa, e questionou as informações dadas pelos pais de alunos, de professores e de diretores, dizendo que não se tratava daquela realidade.

O deputado Ricardo Chab, corretamente sugeriu à secretária de Educação que fosse convocada por uma Audiência Pública, através da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Amanhã, às 10 horas da manhã, a Comissão de Educação deverá se reunir e decidir pela convocação.

É a minha opinião, eu acredito que seja a opinião dos demais deputados da Comissão de Educação de decidir pela convocação da secretária Alcyone Saliba, para que numa audiência pública com a comunidade, possa vir discutir os inúmeros problemas que tem relativos à área da educação no Estado do Paraná.

Ainda hoje, em visita aos gabinetes da Assembléia Legislativa, 40 diretores da região Oeste do Paraná vieram aqui endossar apoio à chefe de Núcleo da Região Oeste de Cascavel, da área da Educação do Estado, porque a secretária Alcyone Saliba demitiu a chefe do Núcleo. Por quê?

Porque a chefe do Núcleo tem feito algumas considerações. Não sei se os senhores deputados estão lembrados da polêmica que aconteceu há questão de 15 dias atrás, quando de uma portaria da secretária de estado da Área da Educação diminuía toda a parte administrativa das escolas, no interior do Estado do Paraná e, também aqui na capital do Estado.

Esta posição encontrou resistência por parte de toda a comunidade educacional. Não somente de professores, mas de diretores, chefes de núcleos, de pais de alunos, ficando a secretária da Educação - na minha maneira, pode ser que esteja enganado - isolada do ponto de vista administrativo, das razões da sua portaria.

Hoje a manifestação dos 40 diretores de escolas de Cascavel aqui na Assembléia Legislativa demonstra que não é somente um fato isolado. As regiões do Estado do Paraná estão se insurgindo contra a portaria, os atos administrativos da secretária de Educação.

Além disso, na quinta-feira da semana passada, o deputado Orlando Pessuti compareceu a esta reunião. Mães de alunos das escolas que atendem alunos com deficiência mental, com portadores de deficiência, alunos das APAEs e das escolas públicas, que nós só temos três aqui na capital do Estado, estavam estarecidos diante da situação do ensino especial, na capital do Estado e na região metropolitana.

Parece-me, não tenho conhecimento, que no interior do Estado os problemas também são gravíssimos, do ponto de vista do ensino especial.

Só um dado para que tomemos conhecimento. Os alunos que chegam a uma determinada idade, sejam aqueles que tenham alguma seqüela por parte da síndrome de Dawn ou aqueles que sejam portadores de alguma deficiência mental, mas que estão capacitados, podem se capacitar para poder viver em sociedade, do ponto de vista do trabalho, quando chega na idade de 19 anos, não tem nenhuma escola que possa dar continuidade ao ensino profissionalizante para essas crianças.

Ora, há uma incongruência no Sistema Educacional do Estado do Paraná. A sociedade paranaense, através do governo do Estado é autorizada a garantir o ensino público e gratuito para todos os estudantes das escolas públicas de ensino superior do nosso Estado.

Em Cascavel nos temos uma escola de ensino superior, na região de Foz do Iguaçu, em Curitiba temos escolas de ensino superior pública, em Ponta Grossa nós temos, em Maringá, em Paranaguá. Enfim, em várias cidades, em todas as regiões nós temos, para jovens sadios, que podem ficar até 25, 26 e 27 anos tentando construir a possibilidade do conhecimento humano, para poder enfrentar o mundo do trabalho, na sociedade moderna.

Vejam só, para aqueles que mais necessitam, aqueles que têm uma deficiência física ou mental é vedada esta possibilidade, quando chega aos 18 ou 19 anos, não há nenhum instituto, nenhuma escola mantendo convênio com o Estado do Paraná, que possibilite alguma assistência profissionalizante a essas crianças no nosso Estado.

Então, é mais uma razão que a secretária e o diretor da área compareçam nessa audiência pública, para dar explicações a este assunto que é relevante para o nosso Estado.

Concedo o aparte ao deputado Caíto Quintana.

### O Sr. Caíto Quintana

Senhor presidente e senhor deputado, só queria chamar a atenção para um detalhe colocado no início do pronunciamento do deputado Vanhoni, para que a Mesa Executiva tome ciência disso. No dia de amanhã, segundo a resposta da Mesa, o senhor Ingo Hübert comparece a esta Casa como presidente da Copel para prestar informações. Nós vamos votar o requerimento apresentado inclusive da base de apoio do governo, solicitando o seu afastamento da Copel, isso seja na reunião em que ele estiver ou não.

Vamos forçar a votação deste requerimento, porque estamos percebendo que o esvaziamento desta sessão, no dia de hoje está sendo feita em razão de não se votar este requerimento. Vai ser deselegante para a Assembléia Legislativa mas está sendo deselegante para nós não poder resolver esse assuntos antes de ele vir. Se comparecer amanhã como presidente da Copel, mesmo com o senhor Ingo Hübert sentado à mesa, vamos forçar que seja votado o requerimento pelo número de deputados no Plenário.

### O SR. ÂNGELO VANHONI

Um minuto, para concluir, senhor presidente.

Fiz referência ao nome do deputado Ricardo Chab, porque num programa de rádio hoje, as reclamações relativas à falta de professores nas escolas do ensino médio e fundamental da capital e região metropolitana....

### O Sr. Ricardo Chab

Até quero justificar o meu breve atraso aqui nesta sessão, porque eu preparava um requerimento, mas ainda bem que faço a tempo um aparte em cima do vosso pronunciamento, porque pela manhã, fiz contato por telefone com o senhor, porque fiquei assustado e mais assustado ainda fiquei porque a secretária Alcyone Saliba, desconhece! Ela, ironicamente, me disse: "Ah! deputado, são coisas de dez a quinze escolas de Curitiba e região metropolitana".

Relacionei 70 escolas que faltam professores em Curitiba e região metropolitana. São crianças, adolescentes na sua maioria, pessoal de período noturno que se vê obrigado a ir embora mais cedo, por falta de professores.

Então, em contato que fiz por telefone com Vossa Excelência, no meu requerimento comunico e estou pedindo providências à secretária, para que sane a questão da falta de professores, e mais, convidando e convocando-a para vir num debate público que possamos fazer com os pais que estão desesperados, porque há escolas, deputado, que já se comenta que não devem concluir o ano letivo, porque não tem professor...

Então os professores estão comunicando aos alunos, dizendo o seguinte: "Vocês não vão passar de ano, porque não tem professor para dar a matéria!" O que está acontecendo? A Secretaria de Educação até onde eu soube por parte de algum diretor de escola, está forçando que um professor de Português aumente a sua carga horária.

ria para suprir a falta de professor de Matemática, para não deixar o aluno sem aula. O que acontece? Vai acabar assim: o professor de português vai concluir em tempo recorde a sua matéria, porém vai impedir que a aula de matemática tenha sido ministrada.

Sinceramente, a questão já está próxima do caos.

Confesso que fiquei preocupado. Daí o motivo do meu requerimento, solicitando presença na Comissão de Educação, por isso fiz contato com Vossa Excelência. O senhor é presidente. O senhor acata o requerimento. Agora, o Poder Público estadual tem que dar uma explicação à sociedade. Não podemos deixar ficar como está. Há um comentário de que os professores fizeram teste seletivo não foram chamados. Teste seletivo para apresentação de alguns documentos. Então o governo do Estado tem que explicar aos pais, o porquê da ausência dos professores, em sala de aula.

Obrigado.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Imagine, deputado Chab, se a cidade de Paranaguá estivesse sem aulas, nenhum estudante dentro da escola. Seria um caos para o Paraná? Seria um caos para o Paraná. Imagine uma cidade como Paranaguá, sem nenhum professor em sala de aula!

É exatamente isso o que a secretária disse para o senhor quando disse que apenas 15 ou 20 escolas sem professores. É uma cidade inteira do tamanho de Paranaguá, com as crianças. Muito mais, setenta escolas como Vossa Excelência diz.

#### O Sr. Ricardo Chab

Só para acrescentar mais um item só.

Hoje pela manhã houve uma passeata em Colombo, de dois mil estudantes saindo às ruas, porque são sete escolas em Colombo que não têm professor para dar aula, e a secretária de Educação desconhece o problema e mais, me desculpem dizer, ela é mentirosa! Ou ela desconhece, porque não sabe o que acontece na sua Secretaria, ou ela é realmente mentirosa, porque afirma conhecer o problema da educação na palma da mão, como ela disse pela manhã.

#### O Sr. Algaci Tulio

Só queria acrescentar o fato, também dos professores de Educação Física, deputado Ângelo Vanhoni, que também estão excluídos das escolas. Não há mais professores de Educação Física. Isto está trazendo o caos para a classe estudantil.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para confirmar e agradecer a Vossa Excelência a benevolência do tempo, amanhã às 10h:00, todos os deputados que fazem parte da Comissão de Educação, na Sala das Comissões, nós vamos discutir estes problemas e possivelmente vamos decidir pela convocação da secretária de Estado na área de Educação, para que compareça

à Assembléia e numa audiência esclarecer quais as providências a Secretaria está tomando em relação a estes problemas. Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só queria fazer uma justificativa.

Difícilmente chego atrasado ao Plenário. E justamente hoje cheguei porque a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia se reuniu das 10h:00 até 12h:30min e isso fez com que atrasássemos toda uma programação.

Explico isto porque houve uma tentativa de derrubar a sessão. E eu não quero que pensem que o deputado Algaci Tulio foi seguro lá atrás, na tentativa de não comparecer ao Plenário. Eu não entro neste jogo. Faço, evidentemente, o meu trabalho, que é de responsabilidade. Portanto, cheguei atrasado por uma justificativa da Comissão de Ecologia do Meio Ambiente e não por uma tentativa de esvaziar a sessão.

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado. Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados, nós observamos no dia-a-dia, aqui na Casa, que de fato a situação do Paraná vai de mal a pior. Em todas as áreas da educação, os parlamentares que representa, o povo enumeram cotidianamente as graves distorções que existem nesta área. É na segurança pública. Ainda na semana passada, vários parlamentares teceram comentários em relação às falhas, aos problemas que existem na segurança pública. É no setor de transporte e por aí afora, senhor presidente.

O que, porém, tem nos preocupado nos últimos tempos, sobremaneira, é em relação à queima dos ativos pertencentes ao povo do Paraná. E a Copel é, no nosso entendimento, o principal patrimônio que ainda resta ao povo do nosso Estado.

E é por isso, senhor presidente, que nós estamos batendo nesta tecla, estamos discutindo este assunto à exaustão, porque é um assunto que merece a preocupação; é um assunto que tem que estar na Ordem do Dia em função da importância da Copel para o povo do Paraná.

Nós apresentamos um projeto de lei, no início dos trabalhos legislativos. Um projeto de lei apresentado por 25 deputados, que foram co-autores deste projeto. É diferente de o deputado apoiar o projeto. Neste projeto de lei, senhor presidente, todos os 25 parlamentares foram co-autores. Nós já relacionamos os deputados que subscreveram esta proposta de lei, revogando a autorização dada por esta Casa, para que o governador Jaime Lerner vendesse a Copel.

Mas, não custa lembrar mais uma vez os autores do projeto de lei que revoga a venda da Copel: deputados Ademir Bier, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Edson

Strapasson, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes Litro, Marcos Isfer, Moysés Leônidas, Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Renato Maia, Serafina Carliho, Sérgio Spada e Waldyr Pugliesi - 25 deputados são co-autores desse projeto. Além dos 25 deputados, temos outros parlamentares que não assinaram mas que, publicamente, já assumiram o compromisso de votar contra. Como os deputados Cezar Silvestri, Tony Garcia, Ribas Carli, Ricardo Chab que, publicamente nesta Casa já manifestaram a sua posição clara de votar contra a venda da Copel, de acabar com esse cheque em branco que foi repassado ao governo do Estado.

Por isso senhor presidente, não nos assusta. Não nos assusta porque sei que esta Casa é feita por homens e mulheres que têm responsabilidade. Não nos assustam as negociações. Não nos assusta a imprensa dizendo que o governo não dorme mais, que passa os finais de semana discutindo, tentando aliciar deputados para reverter sua posição. Não assusta ao povo do Paraná esta posição do governo, de querer enquadrar os seus deputados que votam nesta Casa e o defendem para que mudem de posição! Entendemos que estes parlamentares que subscreveram este projeto e aqueles que publicamente já manifestaram o seu desejo de reverter esta decisão, não irão mudar de posição.

Por isso, senhor presidente, não estamos nenhum pouquinho assustados com esta ação do governo na calada da noite no final de semana. Não estamos. Acreditamos nas pessoas que aqui nesta Casa, receberam o mandato sagrado do povo do Paraná para defendê-lo em qualquer circunstância. Acreditamos que esta Casa não irá se curvar diante da força, diante do desejo que o Palácio Iguazu tenta colocar como se fosse uma verdade absoluta.

Nós, senhor presidente, colocamos aqui na Assembleia Legislativa um requerimento propondo o Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 13/2001, que revoga a venda da Copel. Num entendimento com as lideranças do governo, postergamos a votação do novo requerimento, até para dar tempo e para que a Assembleia Legislativa discutisse com maior afinco esta grande questão que envolve o Paraná.

Mas, senhor presidente, os últimos atos que nós estamos assistindo, as tentativas do governo de aliciar deputados, as tentativas do governo denunciadas pela imprensa, o que têm causado uma perplexidade no povo do Paraná. A população do Paraná fica de certa forma perplexa com a imprensa divulgando - dia após dia, que o governo busca com suas ações intimidar parlamentares para mudarem de posição.

Por isso, senhor presidente, o tempo que nós queríamos não era para dar tempo ao governo tentar aliciar deputados com argumentos com os quais não concordamos. Era o tempo para que os deputados e a sociedade do Paraná discutissem - com amplitude -, o que representa

para o nosso Estado a venda ou não da Copel. Por isso estamos nos sentindo traídos. Nós, que fizemos este acordo com absoluta boa fé, com entendimento profundo de que a discussão era precisa e necessária.

Todavia, senhor presidente, estamos nos sentindo traídos pela ação do governo que, como disse, a imprensa divulga, os comentários circulam nos corredores à boca pequena, e aqui nesta Casa ou fora dela de que o governo busca intimidar, o governo busca pressionar, o governo busca de uma forma insaciável, de uma forma gananciosa fazer alterar votos aqui nesta Casa para que a Copel não seja vendida.

Por isso iremos reapresentar à Mesa um requerimento pedindo Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 013/2001, porque achamos que fomos traídos no acordo que fizemos em função das conversas que se propagam na calada da noite ou nos finais de semana.

Nós estamos reapresentando o requerimento e dando razão a alguns deputados que diziam naquela época - olha, não façam este acordo porque o governo não merece essa confiança, mas nós pensávamos - o acordo não é com o governo, o acordo é com a Assembleia, o acordo é com o povo do Paraná para que a Copel seja discutida com amplitude para que se entenda, se compreenda perfeitamente os reflexos da venda deste patrimônio do povo do Paraná.

Por isso, senhor presidente, vamos reapresentar o requerimento pedindo a urgência ao nosso projeto de lei de autoria de 25 deputados, para que ele possa tramitar em Regime de Urgência nesta Casa a fim de que nós possamos votá-lo com a maior brevidade possível e assim o povo do Paraná possa saber, com muita transparência, o que os seus representantes estão fazendo aqui nesta Casa, que aqui não tem lugar para conchavos, aqui não tem lugar para conversas que não sejam aquelas que estejam afetas aos interesses populares, aqui não tem conversa que possa iludir ou que possa convencer um parlamentar que não seja aquilo que efetivamente esteja ligado com os interesses do povo do Paraná.

São estes, senhor presidente, os argumentos que nós trazemos aqui nesta Casa para justificar a mudança da nossa posição em relação ao pedido de Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 013/2001.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

Antes disto queremos registrar a presença, a pedido do deputado Edno Guimarães, do vereador Jeremias Vicente da Silva, da cidade de Maringá.

Seja bem-vindo a esta Casa.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje, é um assunto realmente palpitante e que é de interesse de todos os paranaenses. Um assunto que estamos abordando já

por diversas vezes, mas neste momento tenho em mãos documentos que me foram enviados pela Justiça Federal de Maringá. Oficiamos ao Juiz Federal daquela Vara, na Justiça Federal em Maringá e ele nos enviou a cópia dos depoimentos dos envolvidos, das testemunhas naquele processo que desviou, segundo dados extra-oficiais ou oficiais, talvez, a bagatela de 100 milhões de reais.

E olha, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, é algo realmente interessante e também algo que deixa no ar muitas dúvidas. Dúvidas de como pôde, por um período de mais de dez anos, desviar-se recursos públicos e aqueles que são os responsáveis pela apuração, aplicação e fiscalização da aplicação do dinheiro público, por delegação desta Casa, senhores deputados, simplesmente concordarem com o que foi feito. Digo sim, concordarem, porque essas contas foram aprovadas.

Repito aqui o que já disse. Disseram, quando a imprensa noticiou todo esse escândalo e esse desvio de recursos, que levou o nome do Paraná por todo o Brasil e por conseguinte o nome de Maringá, tendo em vista que 100 milhões, acredito que representam um ano de orçamento realizado daquela Prefeitura. Eu dizia, pelo que lia na imprensa, que o trabalho que tinha sido feito, para desviar esses recursos era um trabalho de primários, que qualquer terceiro auxiliar de contabilidade, com facilidade, encontraria esses desvios.

Manuseando o depoimento do senhor Luiz Antonio Paolicchi, senhores deputados, no qual vou ler, é algo que nos deixa constrangidos, da maneira primária como se fazia o desvio daqueles recursos. Vejam só o que diz o senhor Paolicchi, quando questionado. O juiz lhe diz: “Eu gostaria que o senhor me explicasse contabilmente, como é que funcionava esse procedimento de desconto dos cheques.” Os cheques eram os cheques da Prefeitura, que eram emitidos nominais à Prefeitura, eram endossados e recebidos na boca do caixa. O senhor Paolicchi diz: “Quando muitas vezes eu precisava de dinheiro vivo, vivo mesmo, às vezes, eu fazia o cheque nominal à Prefeitura e descontava em dinheiro. Porque às vezes é muito normal o contribuinte querer receber na Prefeitura uma restituição do imposto que ele pagou e lhe exigem dinheiro.

A Prefeitura tem que pagar-lhe em dinheiro. Porque a Lei nº 4.320 estatui normas de direito financeiro dos orçamentos e balanços do Estado e do município, da União e do Distrito Federal. Ela faculta ao contribuinte que pagou imposto indevido, receber da maneira que ele pagou. Muitas vezes, a Prefeitura tem que devolver dinheiro ao contribuinte, quando ele exige. Porque é moeda corrente do País, e o dinheiro. “Vejam só que desculpa frágil. Quantos contribuintes devem ter pago um imposto indevido e que valor? Aí, o juiz insiste, porque ele certamente não ficou satisfeito com a resposta. E o juiz pergunta novamente: “Por que não era emitido um cheque da Prefeitura para o contribuinte?” Ao que ele responde: “Pode ser emitido também, doutor, mas quando o contribuinte diz: “Olha, quero receber em

dinheiro”, a Prefeitura pode pagar em dinheiro. Desde que seja restituição do imposto. Ele pagou imposto indevido, daí o senhor pode pagar em dinheiro.

Na maioria das vezes utilizávamos dessa conta do Valdemir, que era o “laranja”, que também era funcionário da Prefeitura e ele fazia cheque nominal a ele. Descontava, me dava o dinheiro, dava na mão do prefeito, para o prefeito pagar as contas, que ele e os compromissos dele e não sei mais o que era.” O juiz pergunta: “Contabilmente, como funcionava isso?” “Ao que lhe responde: “Doutor, contabilmente não sei porque não trabalhava na contabilidade. A hierarquia é muito grande dentro da Prefeitura, assim como em outras empresas. Sei que o prefeito se encarregava de passar documentos para a contabilidade e fechava a contabilidade.” Até porque o balanço dele ia para o Tribunal de Contas e as contas dele eram aprovadas. Aí quem encaminhava muitas vezes as contas para o Tribunal era o prefeito, e as contas dele eram aprovadas. Muitas vezes ele pegava e me dava um monte de documentos e falava: Passa para a contabilidade, eu passava mas não ficava atento ao que eram.

Vejam só, este é o senhor Luiz Alberto Paolicchi, dizendo, nobre deputado Rossoni, o senhor que é um profissional da área de contabilidade, dizia que ele não entendia de contabilidade.

Continuando ainda, selecionei alguns trechos, quando já quase no final do seu depoimento, o juiz pergunta: - O senhor me falou agora há pouco que o senhor Jairo Gianotto conseguiu aprovar as contas dele no Tribunal de Contas? Paolicchi: “Era o que ele dizia para mim, as minhas contas estão aprovadas, fique tranquilo, não se preocupe”. O juiz perguntava, vejam só, estou relatando isso para os senhores verem as incoerências que existem aqui: - O senhor conhece alguém do Tribunal de Contas? O Paolicchi responde: - eu conheço, de nome, um órgão, um Tribunal, porque eu trabalho há 20 anos na Prefeitura. O juiz insiste: - Apenas de nome? - É, é um contato muito assim, superficial, nenhuma amizade chegada, nada dessas coisas, até porque eu não tenho este contato.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

Me permite um aparte, deputado?

Eu só pedi o aparte, deputado, e peço a sua compreensão porque o seu tempo já está esgotando e eu lia ontem, mais precisamente na Gazeta do Povo, se nesse relatório que Vossa Excelência tem nas mãos, consta aquela informação que nós tivemos, pela imprensa, que o ex-prefeito de Maringá, Jairo Gianotto, teria recebido a recomendação para a contratação do senhor Paolicchi, para secretário da Fazenda, por parte de um dos conselheiros do Tribunal de Contas. Se nesse relatório consta isso, porque na Gazeta do Povo de ontem saiu o desmentido por parte do senhor Jairo Gianotto, dizendo que ele jamais havia feito essa declaração que convidou o senhor Paolicchi para ser secretário da Fazenda.

Eu queria saber, se nesse seu relatório existe esta declaração, por parte do ex-prefeito Jairo Gianotto, se

houve esta recomendação por parte de um dos conselheiros do Tribunal de Contas?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Deputado Cezar Silvestri, muito obrigado pelo aparte.

Existe esta afirmação e quero dizer, se a nota que saiu no jornal foi realmente a expressão de palavras por parte do prefeito Jairo Gianotto, ele mentiu perante a Justiça, porque no seu depoimento ele diz ao contrário.

Mas ainda aqui, veja só, quando é perguntado ao Paolicchi: - Quem são as pessoas do Tribunal de Contas, que o senhor conhece ou tem amizade? - amizade eu não tenho, mas conheço só assim, superficialmente. - Com ninguém? - Não, conheço assim, de pouco relacionamento, por exemplo, as pessoas que foram aí, presidente, o doutor Artagão de Mattos Leão, mas só assim de: - Oi, bom-dia, boa-tarde, quando se encontravam. Então vejam os senhores, leio isso para dizer que o réu procura, de todas as maneiras, proteger o Tribunal de Contas, E eu pergunto aos senhores: - Por que ele procura proteger? Agora, vejam rapidamente o que diz a secretário do senhor Paolicchi, que fez o seu depoimento, que é a senhora ou senhorita Raquel Budinski.

Consta no interrogatório do senhor Paolicchi que ele conhecia algumas pessoas do Tribunal de Contas, por exemplo, doutor Artagão Mattos Leão, doutor Duílio? - É verdade, conhecia. É a secretária dele falando.

- Recebia muitas ligações dessas pessoas?

- Mais do doutor Duílio.

- Com que frequência?

- Doutor, a frequência não sei dizer para o senhor, porque às vezes recebia várias ligações por semana, às vezes demorava algum tempo, agora das outras pessoas citadas, eles eram presidentes do Tribunal, estas ligações aconteciam quando iam a Maringá, ou algum evento, ou outro assunto.

- Estas pessoas tinham alguma amizade com o senhor Paolicchi?

- Tinham.

Onde eles ficavam quando vinham a Maringá?

- Não tenho conhecimento.

- Mas visitavam o senhor Paolicchi?

- Na sala dele, na Prefeitura, inclusive o presidente do Tribunal também faziam esta deferência à pessoa dele.

Então eu pergunto aos senhores: Que amizade superficial é essa? Oi, boa tarde, até logo!

Você recebe uma visita no seu gabinete, nobre presidente, senhores deputados, não queiram nos vestir a carapuça de bobos, é natural, é normal. Um conselheiro do Tribunal, presidente do Tribunal, ir numa cidade, vai visitar a prefeitura mas no gabinete do prefeito.

Agora, ir no gabinete do senhor Paolicchi, vejam só é a secretária que falou, será que a secretária ia mentir? Que necessidade que ela tinha de mentir?

Mais ainda, temos aqui o depoimento do senhor Rubens Vefort, que foi secretário da Fazenda em dois

períodos, dos prefeitos Said Ferreira, do primeiro e do segundo mandato, e aqui também tem algo muito importante, dentre todo o depoimento. O depoimento é uma pérola do que acontecia de safadeza dentro da Prefeitura de Maringá, mas tem algo aqui, só para comprovar que o senhor Paolicchi tenta de todas as maneiras, proteger o Tribunal de Contas. E eu pergunto: Por que será que ele quer proteger o Tribunal de Contas?

Tem uma pergunta feita ao doutor Rubens, que diz o seguinte: Qual o tratamento que nos encontros do Tribunal de Contas o senhor recebia dos técnicos ou dos conselheiros do Tribunal de Contas? - Doutor, pelo espaço de tempo que já existia era bem amistoso, bem cordial. Aí, novamente o juiz pergunta:

- Havia elogios ao Paolicchi ou não? Aí ele responde.

- É, havia sim. Certa vez, não sei se foi no Auditório Hélio Moreira ou se foi no IBC, teve um encontro do Tribunal de Contas. Levantou-se um cidadão do Tribunal de Contas, não me recordo o nome que ele falou para os prefeitos: "Vocês não precisam se dirigir a Curitiba para verificar problemas financeiros, problemas contábeis, esses negócios da Prefeitura. Aqui em Maringá tem um contador que está à altura de fornecer todos os dados que vocês precisam", quer dizer, pessoa que tem competência, esse negócio todo ele entende, ele é competente. Aí o juiz pergunta:

- E essa pessoa do tribunal, ele indicou quem era esse contador?

- Falou o nome do Paolicchi, em alto e bom som, a todos os prefeitos que estavam naquela reunião, porque o Paolicchi era bem visto junto ao Tribunal de Contas, e assim que ele recebia qualquer pedido, enviava, comunicava ao Tribunal e já vinha resposta.

Vejam senhores deputados, quantos dos senhores tiveram que acompanhar prefeitos para conseguir a Certidão Negativa, do Tribunal de Contas para liberação de recursos?

Vejam o que eles dizia aqui:

Resposta: "Quando eu precisava de Certidão Negativa, do Tribunal de Contas, junto a empréstimos bancários, financiamento, esse negócio todo, era rápida a concessão da Certidão.

Então tinha sim, um trânsito, não livre, mas, um trânsito que deve ser normal por uma pessoa bem conhecida dentro do Tribunal de Contas".

Eu acredito e tenho convicção que têm que ser aprofundadas as averiguações, nós temos que verificar realmente porque tudo isso aconteceu durante tanto tempo.

Queria relatar aqui o que diz o senhor Jairo Gianotto, ex-prefeito de Maringá, quando lhe é perguntado.

Isso, para responder a pergunta que foi feita pelo nobre deputado Cezar Silvestre.

Pergunta: segundo o depoente, quando assumiu a prefeitura de Maringá, se houve alguma indicação, algum aconselhamento por parte de membros do Tribunal de



Contas do Estado, para que se mantivesse o senhor Luiz Antonio Paolicchi como secretário da Fazenda, em virtude da situação que se encontrava a prefeitura, da qual já detinha algum conhecimento?

Resposta: “Houve indicações, houve elogios em relação a isso por membros do Tribunal de Contas, por membros da sociedade como um todo e, até por setores políticos da cidade”.

Pergunta novamente o juiz: Quem seriam essas pessoas do Tribunal de Contas que teriam feito esses elogios, esses aconselhamentos?

Aqui está a resposta, nobre deputado Cezar Silvestri. No jornal dizia que o prefeito Jairo Gianotto desmentiu que ele não teria dito. Não está aqui. Isso aqui certamente ele fez sob juramento. Quando alguém vai dar um depoimento para o juiz, ele jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade. Vejam só o que ele disse.

Respostas: “Foram as pessoas, foram o doutor Duílio e o próprio presidente da época, doutor Artagão, que referendou o nome do Paolicchi, com sendo um nome altamente capaz e altamente técnico”.

Então eu pergunto: Será que as declarações que saíram no jornal são realmente do ex-prefeito Jairo Gianotto? Se ele mentiu está sujeito a ser preso.

Senhor presidente e senhores deputados. Concluindo, queria dizer aos senhores. Esta Casa não pode se aquietar diante de fatos como esse, porque são de domínio público. A população está sabendo disso, a imprensa está fazendo um trabalho fantástico no sentido de levar ao conhecimento de toda a população. Nós que temos o dever da fiscalização, temos que atuar e temos que demonstrar que queremos a atuação, que queremos a transparência. Porque, lembrem-se todos, nós somos julgados a cada quatro anos, o ano que vem nós teremos eleições e o povo quer saber da verdade.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Ainda, no Pequeno Expediente, deputado Beraldin.

**O SR. BERALDIN**

Senhor presidente e senhores deputados.

Ocupo a tribuna nessa tarde para fazer uma denúncia, que acho que é de interesse de toda a população do Paraná, mas muito especificamente de Curitiba.

Está estampado em todos os jornais, nesse final de semana, que 1 milhão de habitantes passaram o final de semana sem água. Aí eu me preocupei com a Sanepar, e fui verificar os custos que a Sanepar paga e quanto custa efetivamente para fazer uma determinada obra. Digamos, um metro de esgoto, para poder levar a água de uma região para outra.

A Sanepar paga 17,50 para um consórcio de empresa. Ganha esse ou aquele consórcio. Aí esse consórcio que ganhou a licitação, repassa para outra

empreiteira. A outra empreiteira repassa para a outra. A outra, repassa para a outra e a outra, repassa para quem faz.

Tenho gravada aqui uma fita onde tem o relatório das pessoas que estão trabalhando, as que usam a pá, que removem a terra, que colocam os canos fornecidos pela Sanepar. Os 17,50 são para fazer a valeta e colocar os canos. Agora, o material quem dá é a Sanepar. Meus senhores deputados, quem faz a obra cobra 2,80. O cidadão disse: “Eu estou fazendo há muito tempo esse serviço para a Sanepar e dou graças a Deus que essa empresa de Apucarana, a Paraná Engenharia, pegou essa obra a 5,20 e repassou para o terceiro e o quarto, e assim, sucessivamente”. Relatou mais: “O senhor não está sabendo da questão do esgoto? A Sanepar paga 60,00 o metro. Repassam para outra empresa a 23,00 o metro. Sabe por quanto nós fazemos? Por 10,00 o metro”.

Então, senhores deputados, estamos diante de um assunto seriíssimo que precisamos analisar porque este País, este Estado e este município precisam rever esse tipo de conduta.

Ora, senhores deputados, se a Sanepar tivesse repassado o dinheiro para o município e o município que quer dar trabalho e emprego para o cidadão, contratasse a mão-de-obra e que ficasse pela metade, ainda seria um grande negócio e a Sanepar poderia investir muito mais, teríamos muito mais esgoto nesse Estado. De onde vem a água, Piraquara, nós temos 40% de esgoto. Temos que rever isso.

Precisamos convocar a Sanepar para que nos explique como esse tipo de coisas acontecem, porque o cidadão que gerência essa Paraná-Engenharia, que vem lá do interior do Estado e esse cidadão que efetivamente faz a obra, descontraidamente contaram tudo.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Um parte, deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Estamos no Pequeno Expediente. Não há apartes no Pequeno Expediente.

**O SR. BERALDIN**

Gostaria de falar no Horário da Liderança, mas o deputado Spada fará uso.

**O SR. SÉRGIO SPADA**

Concedo o Horário da Liderança do PSDB ao deputado Beraldin.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PSDB.

**O SR. BERALDIN**

Agradeço, deputado Spada.

Concedo aparte ao deputado Vanhoni.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Meu aparte é rápido. No começo do meu mandato de deputado, participei de uma CPI e o deputado José Maria Ferreira também fazia parte e tratou de problemas relativos à Sanepar. Vossa Excelência, com gravidade de depoimentos gravados, irregularidades muito parecidas com aquelas que discutimos na oportunidade. De lá para cá a Sanepar fez algumas obras em Curitiba e Região Metropolitana, utilizando recursos, recursos esses para ampliação de rede coletora e tratamento de esgoto, verbas de convênios internacionais.

Se são verdadeiras essas graves denúncias que Vossa Excelência faz da tribuna, me parece que não se trata que a gente convoque um ou outro representante da Sanepar ou este representante desta empresa.

O Regimento da Assembléia, se nós temos o impeditivo de fazermos uma Comissão Parlamentar Especial, a Assembléia, pelo seu Regimento, pode constituir uma Comissão Especial, dentro das suas prerrogativas, buscar toda a documentação relativa às obras e licitações que foram feitas pela Sanepar nos últimos anos.

Então minha sugestão de que Vossa Excelência encaminhe, por ser o portador desta grave denúncia, ao Plenário da Assembléia a constituição de uma Comissão Parlamentar Especial de Investigação, da qual a Bancada do PT, terá imensa satisfação de subscrever, juntamente com Vossa Excelência.

Era este o aparte que eu gostaria de fazer.

**O SR. BERALDIN**

Vossa Excelência sugere uma comissão e ao seu lado está sentado o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão. Se o presidente autorizar esta comissão, acho que seria um trabalho bem feito.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Para esta comissão não há nada no Regimento Interno que tenha um número. Apenas para as CPI'S.

De acordo com o Regimento, cinco CPI's podem funcionar ao mesmo tempo. A Comissão Especial pode ser autorizada, de acordo com o requerimento aprovado em Plenário, a qualquer momento. Então, não há problema quanto a sua constituição.

Vossa Excelência apense o requerimento na Mesa Executiva, que conduz os trabalhos, eu tenho certeza que a maior parte dos deputados aqui presentes, hoje, aprova hoje a constituição desta Comissão Especial.

E, amanhã, nós requeremos ao presidente da Sanepar em exercício, toda situação relativa a estes contratos.

**O SR. BERALDIN**

Senhor presidente, requeiro à Mesa, verbalmente, e solicito a um assessor da Mesa para que elabore um requerimento no sentido de constituir esta comissão para ouvir a Sanepar, saber de todas as concorrências públicas, saber do ingresso de recursos internacional e nacional, saber quanto a Sanepar usou do Prosan, saber quanto a

Sanepar está usando em investimento, quanto está gastando, em custeio, enfim...

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Mais uma sugestão: nós temos, na Assembléia Legislativa um corpo de taquígrafas. Elas tem responsabilidade, em função da sua profissão. A taquigrafia pode fazer a degravação da fita, que pode servir como material suficiente para abrir o processo de investigação.

Então Vossa Excelência pode requerer a qualquer um dos taquígrafos aqui presentes, pela sua profissão, do ponto de vista oficial, que faça a degravação desta fita, que vai servir de peça fundamental para o processo de investigação.

**O SR. BERALDIN**

É interessante, é gostoso ouvir a contribuição de alguém que quer ajudar. O que este deputado está na tribuna falando, é próprio de alguém que quer ajudar. E o aparte que recebe também é de quem quer ajudar.

Então, temos que ir a fundo nas coisas. Temos que ir lá e investigar. Por exemplo, esta empresa que faz esta obra, que tem 60km só em Piraquara, Itajuí, ela teria que repassar, ela poderia por lei terceirizar até 60% de uma concorrência que venceu. Mas ela terceirizou 100%.

Além do que, esta empresa, há fortes indícios, e eu requeiro ao Tribunal de Contas, hoje, informações sobre se ela está credenciada para realizar obras para o governo do Estado, visto que há fortes denúncias de que ela teria feito obras em Foz do Iguaçu, não teria concluído e teria recebido pelas obras. E o Tribunal de Contas todos lembram muito bem da discussão do Tribunal de Contas com o secretário Hitoshi. E nós temos que clarear isso. Temos que clarear esta questão dos Jogos Mundiais da Natureza.

Por que é que não clareamos? Por que é que o Tribunal de Contas imediatamente não determina, aqui, para que os deputados tomem conhecimento, possam manusear aquilo que está mais que denunciado, que está mais que claro?

Então, senhores deputados, é hora de mudar as coisas. Eu tenho certeza que a mudança está aqui neste Parlamento. Assim como partiu deste Parlamento a denúncia de Adrianópolis, aonde as pessoas contaminadas grande parte delas por chumbo no sangue, com problemas nos ossos. Uma história negra no nosso Estado. Mas, a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Meio Ambiente, com o entusiasmo e o acompanhamento dos deputados Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Quielse e os outros que fazem parte desta comissão. Nós estamos indo a fundo. Convocamos o Ministério Público, estamos trabalhando.

Então, os deputados têm que trabalhar em cima dessa questão da Sanepar. Porque isto é fundamental, porque isto vai fazer com que possa a população ter noção exatamente do dinheiro que é desviado, que é por comissão, que é para gente que está enrique-

cendo enquanto o povo não tem esgoto na frente da sua casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Com a palavra no Pequeno Expediente, o deputado Tony Garcia. Antes, porém, gostaríamos de registrar a presença a pedido, do deputado Edno Guimarães, do prefeito de Doutor Camargo, o senhor Paulo Noki.

**O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo hoje essa tribuna, porque acho que nos encontramos num momento muito especial aqui no Paraná. Primeiro quero me referir ao que o deputado Nereu Moura, disse nesse momento em relação ao requerimento de urgência no projeto que cancela a venda da Copel - que retiramos num acordo. É verdade. Retiramos num acordo mas no momento em que a Oposição entender que nós devamos retirar esse acordo, faço imediatamente. O requerimento de urgência está, neste momento, atrelado ao pedido de vocês. Se vocês colocaram para votação, eu, imediatamente, me coloco junto.

Outra coisa. Neste momento em que nós conversávamos sobre uma coisa tão importante no Paraná, que é a venda de uma companhia energética, um modelo de companhia não só aqui como fora do país, vemos que o governo está tratando a coisa com muita leviandade. A Copel não é uma empresinha qualquer, a Copel não é uma empresa deficitária, não é uma empresa sucateada. Pelo contrário, é uma empresa que dá lucro, é uma empresa que tem seus resultados, é uma empresa que vende energia quando neste momento falamos em escassez de energia em todo o País, em colapso no setor energético deste País. E esta Casa, agora, se vê chantageada pelo governo do Estado, onde passa o final de semana inteiro ameaçando os seus deputados de base de apoio. É isso que nenhum deputado desta Casa deve se curvar hoje, a uma chantagem menor do governo.

Então, neste momento falamos da Copel, da importância dessa empresa, aqui, hoje. O governo ameaça os deputados da base aliada em retirar os seus cargos, em retirar isso, em botar prefeito em cima dos deputados. Este não é o momento de fazer isto nesta Casa. Esta Casa tem uma responsabilidade, hoje, de uma empresa que é sinônimo de competência para todo o País. E nós não podemos, hoje, nos curvar a isso.

O governador Jaime Lerner que me perdoe: o conheço há mais de 25 anos ele nunca teve essa posição como agora. Os seus técnicos estão colocando em sua cabeça que ele tem que vender a Copel a qualquer custo porque o Estado não tem dinheiro, o Estado está quebrado e ele não tem coragem de falar isso e joga a culpa em cima de um projeto de privatização do governo federal.

O que não é verdade e nós sabemos disso. O que está em jogo, agora, é, simplesmente, um governo do

Jaime Lerner. Um governo que está em dificuldades financeiras e neste momento faz este tipo de coisa torpe, que não nos devemos curvar nesta hora.

O Paraná, hoje tem uma pesquisa para todos saberem e nós somos representantes deste mesmo povo do Paraná, a pesquisa da Rede Globo mostra que 90% dos paranaenses são contrários à venda da Copel. O nosso amigo e ex-companheiro, hoje vice-prefeito, Beto Richa, disse ontem numa reportagem muito feliz, se ele fosse deputado iria sugerir o plebiscito. Não precisa, companheiro Beto Richa, as ruas, as pesquisas estão aí para todo mundo ver, os sites de quem abriu nesta discussão, sabem que neste momento 90% da população não entende a venda da Copel porque sabe porque é que está fazendo a venda da Copel e não pelos motivos que estão aí explicando que vai faltar competitividade, que ela não tem condições de investimento, uma empresa que fatura quase 500 milhões de lucro, tem de lucro 500 milhões e exporta 38% de sua capacidade.

Então, esta Casa hoje enfrenta este problema. Sou um deputado sim, da base aliada, mas não me curvo a esses interesses de jeito nenhum. Não tenho cargo de governo, sou desprendido de tudo isto, mas acredito que todos têm que ter a consciência nesta Casa que o Brasil mudou e nós vamos ser cobrados nas urnas o ano que vem, quem não ouvir este mesmo povo. Nós temos que entender que o País não é mais o mesmo. O povo antes era calado, tinha medo dos deputados e nós estamos vendo o que está acontecendo hoje nas ruas - mudou, o Paraná mudou.

O susto que levaram nesta campanha, todos levaram, e as mudanças que houveram nas grandes cidades se pode ver hoje que o Brasil o Paraná também mudou, amadureceu, se politizou. Neste momento é muito importante.

**O Sr. Geraldo Cartário**

Permite um aparte, deputado?

**O SR. TONY GARCIA**

Quero deixar neste momento claro...

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Tony Garcia...

**O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Tony Garcia, peço um aparte.

**O SR. TONY GARCIA**

Não posso permitir apartes, porque o regimento não...

**O Sr. Geraldo Cartário**

Vossa Excelência está falando no Horário da Liderança, já.

**(Discussões Paralelas)**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, o deputado Tony Garcia, acabou seu tempo no pequeno expediente. Ou ele entra no Horário da Liderança ou está encerrado seu tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O Horário da Liderança já foi ocupado pelo deputado Fernando Ribas Carli.

O seu tempo, infelizmente, está encerrado.

**O SR. TONY GARCIA**

Concluindo, só quero enaltecer a posição do nosso deputado e presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, pela isenção com que ele tem conduzido este processo nesta Casa. Ele se coloca como chefe do Legislativo, presidente do Legislativo, e esta posição deve ser honrada por todos nós e aplaudida por toda a população, porque neste momento ele não se coloca a disposição dos interesses do governo.

Muito obrigado.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)**

Visto não ter conseguido aparte do nobre deputado, Tony Garcia, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse no Pequeno Expediente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O Pequeno Expediente infelizmente está encerrado, deputado Geraldo Cartário, só para a próxima sessão.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Horário da Liderança do nosso partido, então.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência está inscrito no horário do seu Partido.

No Grande Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi, antes que Vossa Excelência inicie seu pronunciamento, peço permissão apenas para registrar, a pedido do deputado Antonio Anibelli, segundo secretário da Assembléia, a presença do prefeito de Palmas, Hilário Andrasco e da mesma forma o deputado Antonio Baratter registra a presença dos professores do Núcleo de Educação de Cascavel.

Ao prefeito e aos professores, sejam bem-vindos. Obrigado pela presença.

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, apesar de concordar em 90% com o pronunciamento do deputado Tony Garcia eu pediria que fosse excluído do seu pronunciamento, por esta Casa, quando ele diz que o assunto da Copel está sendo tratado por esta Casa com leviandade.

Pediria a Vossa Excelência que fosse retirado do seu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Determino às taquígrafas que retirem das notas taquigráficas de hoje as palavras levantadas e proferidas pelo deputado Tony Garcia.

**O SR. TONY GARCIA**

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Quero cumprimentar o meu amigo Cezar Silvestri - se eu tivesse falado isso, eu lhe concederia com certeza um aparte e não falaria nada. Não falei que estaria sendo tratado por esta Casa, com leviandade. Falei que estava sendo tratado com leviandade pelo governo do Estado e não por esta Casa. Pode ver nas notas taquigráficas. É o governo do Estado que trata com leviandade e não esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, senhores deputados. Logicamente que venho à tribuna para continuar essa, luta que estamos travando em favor do Paraná, em favor da manutenção da Copel sob controle público.

Gostaria de cumprimentar o deputado Beraldin, pelo pronunciamento que fez nesta Tribuna e também o pronunciamento do deputado Tony Garcia, que reafirma a sua pretensão de ver aprovado o requerimento que colocou nesta Casa.

Fica muito ruim, no meu entendimento, que assinaturas sejam feitas e colocadas em documentos e logo em seguida sejam retiradas, como se assinatura não valesse nada.

Não surpreendido, quero dizer que observando aquilo que está acontecendo, senhor presidente, parece-me que estamos em um grande programa de auditório, comandado por esse governo.

Primeiro, mandou dizer que está dominado, está tudo dominado, querendo dizer que a Copel seria privatizada de qualquer maneira. Dali a pouco, a música foi modificada, do tal dominado, passamos para o samba do crioulo doido.

O Lerner diz o seguinte: Estamos, no caso da Copel, nos submetendo à vontade do governo federal, a determinações centrais do governo federal. Aí, vem o presidente da Copel e diz, talvez, desconhecendo aquilo que o governador falou: Não é nada disso. Falar que estamos privatizando a Copel por determinação do governo federal é abusar da inteligência do povo do Paraná.

O senhor Ingo Hübert fala uma coisa, como presidente da Copel e em outra argumentação ele coloca, como secretário de Finanças. Mas aí é que vem a caminhada: está dominado, é o samba do crioulo doido.

Agora o governo, neste grande programa de auditório está cantando outra música: Um tapinha só não dói.

Porque o governo Lerner esbofeteou a cara de um cientista, de um professor, em Maringá. Esse tapinha, no entendimento da Oposição, foi um tapa na cara da universidade, dos professores, da autonomia universitária.

Acho, pelo discurso que vi e pelos discursos que estou vendo, o governo vai ter que dar uma mudança, porque não sei se já está esgotado no seu programa de auditório. Porque a ver o que está acontecendo, aqui, ela sai de um musical e entra na área cinematográfica. Esse governo está à beira de um ataque de nervos.

Senhor presidente, outro dia na tribuna fiz uma semelhança naquilo que está acontecendo agora com aquilo que aconteceu no passado. Na beira da eleição do governo apareceu para diminuir as tarifas do pedágio, e ganhou a eleição, no nosso entendimento, em cima disso. E eu disse aqui: - quero fazer uma denúncia, porque agora estão já achando uma "saída" para privatização da Copel. Agora o governo está lançando outra etapa, é a operação presunto. Eles vão fatiar a Copel, como se fosse um pedaço de presunto.

Nós queremos deixar aqui que a oposição não aceita essa tese que já começou a ser colocada, para a população do Paraná. Fiz, na minha denúncia que, primeiramente, era a geração, a transmissão e a distribuição, que queriam vender. Agora já estão mudando: - Nós não vamos abrir mão da geração, só colocaremos, nas mãos daqueles que serão os donos da Copel amanhã, a distribuição e a transmissão.

É preciso que esta Casa tome uma posição clara e definitiva em relação a esse problema da Copel! É inaceitável que esta Casa ouça, sem tomar providências nenhuma, aquilo que se falou ali na tribuna, ainda há pouco! Deputados, na realidade, estão sendo chantageados? Estão vendendo a Copel só com esse objetivo, de amanhã, na boca das eleições ter argumentos para continuar no Palácio Iguaçu? O Paraná não merece tudo isso! O Paraná não merece esse momento nebuloso que está vivendo, não merece! É preciso que esta Casa, em cima desses acontecimentos: o que leva um procurador geral do Estado esbofetear, esbofetear um professor, um cientista de uma Universidade? Quais foram os crimes cometidos pela Universidade Estadual de Maringá? Qual é o conceito que este governo tem a respeito da cultura, da educação, da instrução? O que é que este governo pensa? O que é que este governo pretende deixar com sua marca?

#### **O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Waldyr, gostaria de contribuir com o seu pronunciamento.

#### **(Assentimento)**

Deputado Waldyr, eu até admito e reconheço a sua manifestação de repúdio por um alto isolado de um servidor do Estado, na televisão. Inclusive eu assisti esta cena e admito que, talvez, naquele momento, o nosso procurador, Joel Coimbra, tenha se excedido quando agrediu um funcionário da Universidade de Maringá.

Agora não posso, deputado Waldyr, admitir que este ato isolado possa extrapolar o limite daquilo que Vossa Excelência tenta expor, da tribuna, neste instante. Não pode se condenar o governo como um todo, por uma atitude isolada, de um secretário. O Paraná e o governador Jaime Lerner, em nenhum momento deixou de respeitar as universidades paranaenses; pelo contrário, durante o seu governo nós triplicamos os recursos das universidades paranaenses estaduais.

Não há nenhum governo, até o presente momento, que tenha atendido tão bem, em termos de recursos financeiros, as universidades estaduais do Paraná. Portanto, este ato isolado jamais poderá, neste momento, ser estendido à ação, como se fosse uma determinação do governador Jaime Lerner e de seu governo. Pelo contrário, o governador, de imediato, solicitou ao procurador Joel Coimbra, que fosse se retratar da atitude que cometeu.

Nós realmente entendemos que não foi o melhor exemplo dado na televisão, mas há que se reconhecer talvez que tenha o procurador José Coimbra tido um momento de pouca lucidez naquele instante, tenha se excedido e todos nós somos humanos, temos que muitas vezes nos penitenciaremos por algumas atitudes que possa extrapolar a nossa própria vontade.

Por isso, agradeço o seu aparte, e gostaria apenas de fazer esta alteração no seu pronunciamento e que não podemos de forma alguma, querer fazer com que a população do Paraná entenda que este ato isolado seja uma manifestação de despreço do governo Jaime Lerner às Universidades Estaduais, e nós sabemos muito bem, deputado Waldyr Pugliesi, porque quando o deputado Valdir Rossoni era líder do governo, nós acompanhamos as negociações com as universidades e todos os leitores são gratos ao governo Jaime Lerner, pelos recursos que repassou e pela ampliação dos recursos que as universidades tiveram no seu governo.

Muito obrigado pelo aparte.

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Deputado Traiano, um governo se compõe pela presença das mais diferentes pessoas e queiram ou não queiram, o procurador se excedeu, praticou um ato extremamente condenável, e é preciso que tenhamos em mente o seguinte: se um procurador geral de um governo não tem argumentos para serem contrapostos à argumentação de um professor, e como alguém que não tem respeito pela integridade física de ninguém o agride, nós estamos no descaminho.

Aliás, o descaminho é financeiro, eu poderia dizer até que é econômico, e é aquilo que eu falei, este governo está à beira de um ataque de nervos, porque outro dia quando o trabalhador rural foi assassinado na rodovia, - Ah! mas esse é um fato isolado, foi um tirinho só, agora é um tapinha só.

É preciso que essas coisas sejam contidas, a vida de alguém termina no asfalto e eu me lembro das vestes do trabalhador rural, pobre, assassinado, por quê, quer o

quê? Quer ter o direito de levar comida para casa? Quer ter o direito de ser brasileiro, cidadão, morar, ter lazer, ter comida, ter remédios, ter casa e tudo é colocado nas suas mínimas conseqüências?

Olha, isso não foi nada, esqueçamos, sejamos permissivos e complacentes com aquilo que está acontecendo. E aí nós não sabemos para onde nós vamos na realidade resvalar.

As denúncias do deputado Beraldin, as denúncias do deputado Tony Garcia deixam uma certeza: nesse governo não existem só dívidas, não, existem dívidas e dívidas que precisam ser esclarecidas.

Não é do nosso feitio, não é do feitio da Oposição condenar ninguém, nós temos apego, respeito pela lei, sem a lei não temos saída. É preciso que o império da lei se imponha sobre tudo mais, agora, quando alguém, em nome do governo, procurador geral do Estado do Paraná chega às vias de fato com professor, é preciso que nós tenhamos muita dúvida a respeito daquilo que está por vir pela frente, porque me parece que este governo está desesperado na sua ação, está querendo fabricar recursos de qualquer maneira para poder viabilizar candidaturas no ano que vem.

Ora, o Paraná não pode colocar o seu futuro, o seu amanhã, o raiar do sol vindouro em cima de coisas tão mesquinhas e miúdas que são os interesses eventuais, sejam de quem for esses interesses num momento desse, e nós estamos convencidos sim, que há necessidade de se torrar o patrimônio da Copel, um patrimônio construído em 50 anos, para fazer a viabilização de candidaturas no ano de 2002.

Isso é intolerável, é inaceitável.

Com o aparte o meu líder, Nereu Moura.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Na verdade o procurador geral Joel Coimbra se comportou com aquele ator do Casseta e Planeta "O Massaranduba" que no ímpeto de destruir os adversários parta para a pancada. Faltando o argumento político, o argumento de realizações, ao representante do governo do Estado, Joel Coimbra, não restou outra possibilidade a não ser agredir física e covardemente um cientista da Universidade de Maringá, que tem o nome reconhecido nacionalmente.

Por isso quero me somar as suas colocações e dizer que não foi um soco na cara do cientista de Maringá, foi um soco na Educação do Paraná, nas Universidades do Paraná que diferentemente do que falou o deputado Ademar Traiano, estão absolutamente sucateadas.

Ao longo dos anos vem sendo tirado recursos das universidades. Hoje, os recursos que são repassados para as universidades dão apenas e tão somente para pagar a folha de pagamento. As universidades ficam, por aí lutando de forma brava para poder fazer investimentos, para poder oferecer uma qualidade de ensino de nível ao povo do Paraná.

Não é só na área da Educação, na Segurança Pública.

Na Segurança Pública a agressão permanente aos setores da sociedade. Ouvimos o deputado Takayama denunciar à invasão de um templo religioso. Quando os movimentos vêm a Curitiba, um órgão repressor do governo tem agredido de forma violenta e brutal as pessoas do povo do Paraná.

Por isso que esse governo está como Vossa Excelência falou, possuído. Não tem outra explicação para poder na verdade definir as ações das pessoas que compõem o governo Jaime Lerner.

Além do ímpeto, da gana, se desfazer do nosso patrimônio. Há também que acrescentar agora, que quando não se resolve no discurso se resolve na pancada, no soco, é assim que tem demonstrado as pessoas que compõem o governo Jaime Lerner.

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Agradeço o aparte do deputado Nereu Moura, e quero dizer que no meu entendimento essa vinda do seu Ingo Hübert aqui a esta Casa, precisa ser melhor avaliada.

Ele vem fragilizado, porque na base do seu próprio governo se levanta uma rebelião pedindo o seu afastamento. Se um número expressivo de deputado antes daquilo que foi enunciado pelo deputado Tony Garcia, muito mais expressivo do que agora, questiona a sua permanência na presidência da Copel. O que é que o senhor Ingo Hübert vem fazer aqui?

Dizer que a Copel não tem condições de sobrevivência, que não tem poder de competição no dia de amanhã, que não tem recursos para ser investidos?

Agora mesmo pedi esclarecimentos da Liderança do Governo, e diz o seguinte: "Que uma campanha está aí para fazer o convencimento da população ao custo de 19 milhões e 800 mil reais, que teria sido essa campanha ganha pela empresa Heads, segundo os bem informados com notórias vinculações no Palácio Iguaçu.

Não sei se isso é verdade, mas o que virá ele fazer aqui? Dizer que é um erro o que estão fazendo com ele, trazendo-o aqui para falar o quê? Essas esfarrapadas, rotas e inconvincentes argumentações que ele anda nesses monumentais "rega-bofes" que está fazendo pelo Estado do Paraná afora, pagando com dinheiro público almoços e mais almoços para dizer o quê? Que esta tramando contra a Copel?

Gostaria de ver que alguém dono de uma empresa que tivesse um lucro de 500 milhões, chegasse para os acionistas e dissesse o seguinte: "Nós vamos vender essa empresa, porque ela dá 500 milhões de reais de lucro, porque nós dominamos o mercado, porque nós temos o melhor produto na sua condição de preço, temos a melhor distribuição, temos a melhor transmissão..." ele seria linchado pelos acionistas se isso existisse numa empresa particular, mas como a Copel está sob a égide do Palácio Iguaçu, não acontece nada!

Concedo aparte ao deputado José Maria Ferreira.

**O Sr. José Maria Ferreira**

Vossa Excelência usa a tribuna para mais uma vez mostrar a sua indignação em relação àquilo que vem sendo uma constante: denúncias na imprensa e agora, já corporificadas na própria base do governo.

Tivemos no início dos trabalhos desta tarde, o deputado Beraldin usando da tribuna, afirmando das falcatruas que estão ocorrendo na Sanepar.

Ora, daqui há uns dias, por corrupção havida na Sanepar, vai o governo querer justificar a sua venda, dizendo que na empresa pública é fácil de se provocar e realizar a corrupção, ao invés de condenar os corruptos, aqueles que lesam a coisa pública, pune a imprensa, pune a sociedade, enquanto deixa de receber o tratamento e o objetivo social que tem hoje a Sanepar.

São valores que essa Casa não pode ficar quieta.

Solicito à Comissão de Obras da Casa, presidida pelo deputado Strapasson, que faça, convide e convoque o presidente da Sanepar para vir explicar estes contratos mal explicados, superfaturados que se realizam hoje na Sanepar.

O deputado Pessuti sugere a Comissão de Fiscalização e eu concordo. O deputado Tony Garcia usa da tribuna para dizer sobre a pressão, a coação, a chantagem que faz o governo em cima da base aliada ora, no Parlamento, um deputado se aceita ser chantageado, pressionado, se aceita ser encurralado ao governo que lhe oferece apoio, não sei se ele não está dando apoio errado e por isso, mais uma razão, que devemos comunicar ao Ministério Público, o pronunciamento do deputado Tony Garcia nesta tarde e fazer com que o Ministério Público fique ciente do que está ocorrendo nas entranhas do governo.

Mas Vossa Excelência falava de dúvidas. foi generoso com o governo. Falou da dúvida que tem ou da falta de definição que tem o senhor Ingo Hübner que não sabe como se posiciona quando está num cargo e quando representa outro.

O chefe da Casa Civil, ex-deputado, secretário Alcení Guerra, em pronunciamento ao Jornal dos Campos Gerais, já foi claro há muitos dias: “nós precisamos vender a Copel para tampar o buraco e para que os deputados possam se restabelecer nas suas bases eleitorais”.

Ora! Nós estamos, mais uma vez, entregando uma grande empresa para tampar o buraco da corrupção. E a corrupção foi no Banestado. O Ministério Público tem 553 milhões de reais apurados em desvios. E não tem nada. Não tem um punido! O punido foi o Banco! O punido foi o Estado! O punido foi a economia do nosso Estado, que deixou de ter uma instituição que alavancava recursos para provocar o investimento e o desenvolvimento do nosso Estado. A Banestado Corretora foi da mesma forma: os títulos podres; a Banestado Leasing, promovido o seu diretor, como promovido foi e ex-secretário especial, o que ocupava o cargo da Fundepar, que nós temos informações de graves irregularidades cometidas no seio da Fundepar. Os Jogos Mundiais da Natureza,

nada apurado! Levantamento aéreo, foto-altimétrico realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná pela paraestatal, Serviço Autônomo Social Paraná Cidade. Baía limpa! Roubaram, tiraram, desviaram até dos pobres pescadores e nada se fala mais! Do Canal Extravasador do Rio Iguaçu a primeira corrupção conhecida, ainda deste governo, em 95, do Canal de Parecidinha, lá na Barragem de Foz do Iguaçu, aonde o corredeiro e conselheiro Nestor Baptista tem um trabalho extenso sobre estas questões.

Da perfuração dos poços superfaturados. Poços que custam 9, 10 mil reais, faturados por 45, 50 mil reais. Ponte de Guaíra, que foi inicialmente orçada em 14 milhões, realizado 7 milhões e foi contratada por outros 26 milhões, por outra empresa.

Por aí nós vamos e a Casa não apura. E hoje, vamos querer entregar a Copel para sanar estes buracos? A maior, não tem nenhuma obra do governo deputado Ademar Traiano, que hoje responde pela Liderança do Governo, que com recursos próprios o governo investiu mais de 500 milhões. Não existe uma obra. Mas, tem uma: a da propaganda. em menos de cinco anos, o governo investiu mais de 500 milhões de reais.

É este o governo que nós temos. Mas, é este o governo que as eleições irão julgar.

Agradeço pelo seu tempo, acho que me alonguei. Muito obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, agradeço a atenção, mais uma vez dos deputados que me apartearam, como o deputado José Maria Ferreira. Tenho por hábito, não fazer condenação de ninguém. Sei como é que são estas coisas.

Existem dúvidas, como eu falei. Até usei uma frase: não só dúvidas, existem dúvidas. Modifica, substitui o “i” pelo “u”. Compete ao governo na sua própria defesa, aparecer, mostrar para todos nós que as acusações que estão sendo feitas, como estas do deputado Beraldin a outra do deputado Tony Garcia, que elas são inconsistentes. Houve a denúncia, séria, do deputado Beraldin. Compete ao governo, através das suas Lideranças, nos convencer daquilo que está acontecendo.

Eu, por exemplo, não posso, na minha cabeça, acreditar que deputado nenhum, representante do povo, possa se submeter à chantagem de quem quer que seja, muito menos do governador.

Mas, que espécie de companheirismo existe entre aqueles que o defendem no Poder Legislativo em relação às ações que praticam no Executivo?

Então, senhor presidente, a gente coloca aqui, mais uma vez, esta indagação. Adianta vir aqui o presidente da Copel, numa cena montada vão falar aqui num número exagerado de assessores, depois que saem ficam sabendo daquilo que a gente fala então ele pode vir até sozinho. Mas falar o que? Falar aquilo que nós já sabemos? Ele está querendo ser o quê: o profeta do fato acontecido?

Mas adivinha aquilo que aconteceu todo mundo adivinha! Quero ver além do horizonte!

É para isso que ele precisaria vir aqui, para dirimir dúvidas, para fazer o convencimento desta Casa a tomar este ou aquele caminho. Mas para vir aqui falar - como o Nelson Rodrigues falava: "o óbvio ululante", nós não nos curvaremos a esse tipo de comportamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Horário a Liderança do PSL, concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

Minha primeira colocação, senhor presidente, é que assinei um requerimento. e nesse requerimento solicitava também junto com outros colegas meus, amigos e companheiros deputados, que esse requerimento fosse às mãos de Sua Excelência o governador, para que o presidente da Copel não acumulasse o cargo de presidente e de secretário.

Queria dizer à Mesa e aos meus companheiros, que se esse requerimento for colocado em votação, continuo votando e honrando a minha assinatura. Continuo votando, sim, para que o requerimento chegue às mãos de Sua Excelência o governador.

Outra colocação que gostaria de deixar é que estou me considerando, não sei se os deputados me consideram também, defeituoso, qual a parte física, e não sei se sou feio demais. Um dia perguntei ao deputado Anibal Khury: por que que nunca um empresário chegou perto de mim e me ofereceu alguma coisa? Por que que eu nunca fui pressionado a fazer algo que me desse em troca dinheiro para pôr no bolso? Fui prefeito; nunca ninguém me fez essa proposta. Sou deputado aqui há 10 anos e também não. E agora, com surpresa, ouço aqui as palavras do deputado Tony Garcia de que houve. Primeiro ele já se redimiou com a indagação feita pela deputado Cezar Silvestri de que ele não chamou os deputados de levianos, mas, sim, uma atitude leviana por parte do governo.

Não sou líder do Governo, mas sou um deputado que defende o governo. E os deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca sabem, que lá na rádio de Cornélio Procópio, há anos venho defendendo o governo do Estado na ausência do governador, apesar de não ser um deputado que vá no Palácio. Não sou de ir no Palácio e nem mesmo em Secretarias de Estado. No entanto, hoje, aqui se falou em levianidade.

Mas, deputado Tony Garcia, o governador apresentou um projeto - não sei se Vossa Excelência era deputado ou não, mas ele apresentou um projeto aqui há mais de 3, 4 ou 5 anos. Mas que levianidade é esta? Apresenta um projeto, os dignos deputados do povo queiram ou não queiram, são os deputados. Apesar de existir uma campanha violenta contra a classe política, eu continuo dizendo que sou político com 27 anos de mandato; me orgulho

disto. Será que o governo foi leviano em cinco anos, ele que apresentou um projeto aprovado por todos, a maioria dos senhores deputados, todos não, mas a maioria aprovou o projeto, o governo até hoje não vendeu a Copel? Mas que levianidade é esta?

Não é problema de horários, não é problema de tempo!

Uma outra questão levantada pelo deputado Tony Garcia sobre a chantagem do governador, aí que eu me considero inferior. Eu quero dizer aos senhores que apesar de ser chamado de português aqui, eu sou brasileiro nato, eu não sou naturalizado, sou brasileiro nato. O meu bisavô já era brasileiro. Por isso não posso ser enfeitado aqui. Por que todos os deputados, conforme Tony Garcia falou foram chantageados, por que o governador está me desrespeitando e não me oferecendo o que ofereceu certamente para outros? De acordo com as palavras do deputado Tony Garcia eu também queria ter o prazer de o governador me oferecer alguma coisa.

**O Sr. Tony Garcia**

Permite um aparte, deputado?

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Permite um aparte, deputado?

**(Vozes Paralelas)**

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Eu só queria dizer que talvez Vossa Excelência queira indagar sobre minha condição de brasileiro ou não? Se for isto, eu lhe concedo aparte.

**O Sr. Tony Garcia**

Eu também peço um aparte, deputado.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Mas com respeito, com respeito.

**O Sr. Tony Garcia**

Claro, com todo o respeito queria o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

**O SR. DIVANIR BRAZ PALMA**

Deputado, pode usar o horário da Liderança do PST.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Queria simplesmente dizer que eu não participei de reunião alguma, de companheiros que me convidaram para ir aqui ou ali, eu não participei. Simplesmente assinei o requerimento, que vou votar a favor do requerimento.

Lá ontem eu recebi um convite do meu amigo Rossoni, do meu amigo Durval, Traiano e Hermas Brandão -



Cartário, você está em condições de participar de uma reunião com o governador?

Companheiros, eu teria vergonha de chegar nos meus municípios e lá um eleitor falar - mas, deputado, Vossa Excelência faltou com o respeito de não participar de uma reunião com o governador ou Vossa Excelência só é deputado de segunda a sexta, e sábado e domingo não é deputado? Eu fui, sim. Eu estive ontem lá na reunião com o governador. Não houve jantar, não houve uísque, não houve coca-cola, apenas um copo de água e não vi o governador em conchavo com nenhum dos deputados, com nenhum. Ele falou abertamente, aliás, falou tão pouco porque ele passou a palavra para o presidente da Copel para o caso de terem dúvidas alguns deputados.

E ele explicou, por exemplo, dos 400 milhões, deputado Nereu, que ele indagou, a Oposição fala, nós falamos também, 400 milhões é muito dinheiro! A Copel dá este lucro?

Temos que pensar bem e refletir, apesar que faz anos que estamos refletindo sobre isto, no entanto ele mandou o presidente da Copel explicar para nós - dos 400 milhões apenas 120 milhões são canalizados ao governo do Estado. E desses 120 milhões o governo está pagando hoje 95 milhões de inativos. Certamente que é um problema que vem de governos anteriores. É a política desastrosa, inclusive, do governo federal, que a Previdência hoje está numa situação complicada, deputado Nereu. Se não tivermos, seja o governador Álvaro Dias que tanto respeito e admiro, como o governador Roberto Requião se qualquer um dos governadores, só se for mágico, a não ser que tenhamos uma representação em Brasília e que o presidente da República faça pelo governo do Paraná o que fez pelo Banco de Minas Gerais onde seu genro era um dos diretores. Caso contrário não tem saída. A Copel é uma questão de tempo que tem que ser realmente privatizada.

Eu só quero terminar dizendo que continuo com o complexo de nunca ter-me sido oferecido absolutamente nada. Sou uma das vítimas do governo Jaime Lerner, que tirou praticamente - a prefeitura da Fazenda Rio Grande é nossa. Levou para lá um preposto, mentiu desgraçadamente tanto para o povo, que agora nessa última eleição, ele fez apenas seis mil votos e nós fizemos quinze mil votos, como vice-prefeito, inclusive. Então, não tenho nada que bajular o governador. Não tenho um parente, um primo, um irmão, sequer um companheiro, que um dia falasse: indique alguém para o governo do Estado.

Em uma sessão na Casa Civil, presenciada pelos deputados Hermas Brandão, Belinati e eu, falaram: você pode indicar o diretor do Detran, de Cornélio Procópio e da Emater - os únicos cargos que indiquei até hoje. Foi essa a minha negociação.

Por isso, deputado Tony Garcia, com todo o respeito, quando Vossa Excelência coloca os deputados na situação em que colocou - se começarmos a nos denegrir, um contra o outro, da forma como aqui colocou ao ponto que, inteligentemente, a Oposição muito esperta e atu-

ante, tendo excelentes deputados que estão pedindo a fita para ser encaminhada ao Ministério Público! Isso mostra fraqueza desta Casa. Isso mostra que esta Casa está quebrando pelos próprios companheiros, que a congregam. Isso é lamentável.

Concedo um aparte ao deputado Tony Garcia.

#### O Sr. Tony Garcia

Deputado Cartário, quero colocar primeiro o seguinte, com todo o respeito também, quando falei em chantagem, quem falou primeiro em chantagem e colocou que estava sendo chantagiado foi o deputado Nereu Moura, na tribuna. Eu só disse o seguinte - e quero deixar claro: não que esta Casa vá se submeter à chantagem. Porque não é a chantagem de oferecer alguma coisa.

O senhor está dizendo que neste momento não foi convidado pelo governador Jaime Lerner, para lhe oferecer nada. Pelo contrário, o senhor não queria ser convidado por ele, porque ele vai querer lhe tirar alguma coisa que o senhor tem. É diferente, deputado. Meu problema é outro. Não é o de dar alguma coisa e sim, de tirar alguma coisa.

Muito obrigado.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Quero dizer que o governador Jaime Lerner é realmente uma das figuras mais importantes que tivemos em nosso Partido. Éramos do PDT. O Jaime Lerner, quer queira ou não, é um governador que pela cidade de Curitiba e pelo interior vai deixar marcas, mas não vazios, marcas perpetuadas.

Para finalizar queria dizer que apresentei dois projetos, nesta Casa, no dia de hoje. Um, vendendo a Copel. Gostaria que o governador, de acordo com o projeto, que alocasse 200 milhões, para que o povo do Paraná não esteja morrendo nas estradas, como está morrendo. E ainda que esse dinheiro, em um outro projeto que apresentei, que o governo do Estado acabe com o pedágio. Se fizemos uma pesquisa hoje, no Paraná, perguntando ao povo se ele quer que o governo venda a Copel e acabe com o pedágio, 99% querem que acabe com o pedágio. E o meu trabalho é para acabar com o pedágio.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PPS. PDT. PFL. PTB.

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço uso da tribuna depois de longo tempo afastado, até porque sinto saudades, deputado Vanhoni, do bom debate.

Mas, subo à tribuna para primeiro me dirigir ao deputado Tony Garcia.

Deputado Tony Garcia, fui criado numa escola onde nunca recebi ensinamentos para ser contagiado, sou

de uma escola onde meu pai usava bota e chapéu, um velho guerreiro do Sul do Paraná que me ensinou a ser digno, sério e honesto.

Então, não será aqui o posicionamento do deputado Tony Garcia que vai pôr em julgamento a honestidade, a hombridade dos senhores parlamentares e desse parlamentar que está falando a Vossas Excelências.

Mas, para que não fique nenhuma dúvida, presidente Elio Rusch, quero, de uma vez por todas esgotar aqui e colocar a minha posição, para que amanhã ou depois alguém suba a esta tribuna e use de argumentos, como já foram usados. Quero deixar a minha posição quanto à venda ou não venda da Copel.

Eu, deputado Valdir Rossoni, se vier a esta Casa qualquer projeto para derrubar aquele aprovado há três anos atrás, me posicionarei contrariamente. Votarei favorável à privatização da Copel, por várias razões. E todos sabemos, mesmo aqueles que não querem reconhecer, o governo hoje é um doente terminal e ele só tem um remédio para resolver este problema, não adianta querermos achar outra saída! O governo chegou a um determinado ponto que, ou ele resolve o problema previdenciário, ou ele está fadado a falir, não pagar o funcionalismo público, não tem outra saída! Quero dizer que quando discutimos aqui a lei que aprovou a privatização da Copel, subi a esta mesma tribuna e disse porque defendia a privatização da Copel.

Acredito que nenhum paranaense, em sã consciência, pensando na Copel, não sabendo dos outros problemas que tem o Estado do Paraná, certamente nenhum de nós seria favorável à venda da Copel. Agora sabemos que todos os órgãos públicos, se pegarmos o governo do Estado, principalmente as prefeituras, todos sabemos que o setor mais grave do Poder Públicos hoje é, sim, o setor previdenciário.

Quero dizer aos senhores deputados, quem não conhece uma Prefeitura, porque foi criado o Fundo de Previdência de 1983, 82, não tenho aqui a data exata, que deixou de contribuir para o INSS e criou o Fundo Previdenciário. Mais adiante veio alguém e extinguiu este fundo, voltou ou não voltou a contribuir para o INSS e hoje as prefeituras estão ingovernáveis. Está lá União da Vitória, que foi governada no último mandato, pelo Partido dos Trabalhadores, afundada em dívidas, porque a questão previdenciária da Prefeitura de União da Vitória criou uma situação administrativa financeira que não tem condições de ser administrada. Por quê? Porque num determinado momento se optou em criar um Fundo de Previdência e num determinado momento se pegou o dinheiro do Fundo e hoje não tem recursos para administrar a Prefeitura de União da Vitória.

A mesma coisa aconteceu com o Estado, não podemos tapar o sol com a peneira e não podemos também aqui atribuir a culpa apenas a um governo. A grande verdade é a seguinte: quando por uma lei do governo foi aprovado que os Estados e municípios poderiam, criar um Fundo de Previdência, e porque naquele exato

momento se criava uma pequena economia. Governadores e prefeitos criaram o Fundo. Logo após, ouviram que naquele fundo tinha um volume enorme de recursos, incendeiam seu fundo, e é o que aconteceu com o Paraná, senhores deputados.

O Paraná tinha um Fundo. Quando nós transformamos 50 mil celetistas em estatutários, nós criamos o problema das finanças do estado que ocorre no dia de hoje.

Quando o governador Jaime Lerner ia assumir o governo, os aposentados consumiam com 36 milhões, hoje se gasta em torno de 90, e logo a seguir, segundo dados de Tribunal de Contas, aproximadamente 200 aposentadorias por semana é requerida no Tribunal de Contas. Hoje o governo do Paraná se encontra nessa situação e tem culpa o governado Jaime Lerner? Em partes sim, porque, esta medida, de vender a Copel teria que ter acontecido quando aprovamos a lei aqui há dois anos atrás. O problema se aprofundou, e hoje nós estamos gastando 90 milhões, amanhã estaremos gastando 120.

Ou nós resolvemos o problema de Previdência, e eu não tenho nenhuma dúvida, deputado Valdir Pugliesi, seja quem for o governador do Paraná, seja ele do seu partido, seja ele do nosso PDT, do deputado Luiz Carlos Zuk, eu não tenho dono e nem quero que fique gravado na mente dos paranaenses que estão aqui. Se a Copel não for vendida agora para sanear o problema da Previdência do Estado, eu não tenho nenhuma dúvida que não passa um ano do próximo governo que ela será vendida, porque não tem outro remédio para resolver o problema das finanças do Estado.

Porque se nós tivéssemos hoje um Fundo de Previdência com saúde financeira jamais o governador ou um deputado ou qualquer paranaense votaria favorável. Herdamos esse problema, nós deputados, nós paranaenses temos que resolvê-lo. Se não for nesse governo, certamente será no próximo, mas disso não tenho dúvida.

Por isso quero deixar claro aqui a minha posição. Não será aqui sob ameaça dos votos das bases, não tenho medo da minha posição clara, de ser favorável, porque sei explicar e sei defender e sei porque, então, esta ameaça não me cabe. Sob ameaça de que o governo me ameaça, governo nenhum tem a capacidade de me ameaçar porque já estou de cabelos brancos, e eles sabem que sou homem que tenho caráter como Vossas Excelências têm, e quem pensar em ser chantageado é porque não tem ombridade, capacidade de ser deputado e discernir o certo do errado.

#### **O Sr. Cezar Silvestri**

**(Assentimento)**

Deputado Valdir Rossoni, concordo plenamente com Vossa Excelência e sou testemunha até porque era deputado na ocasião, quando nós votamos aqui a extinção do Fundo de Previdência.

Foi um erro comprovadamente, eu votei contra, como Vossa Excelência também votou contra a extinção do Fundo de Previdência do Estado do Paraná. Compro-

vadamente em pouco tempo a história mostrou que foi um erro a sua extinção.

De 36 milhões, há 6 anos atrás, hoje já está em 90 milhões os gastos do governo no setor previdenciário.

Agora, com relação à Copel, deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência diz que não aceitaria nenhum outro projeto que viesse a esta Casa, que não fosse o Projeto que mantivesse a privatização. Mas, acho que se nós erramos com relação ao Fundo de Previdência, nós detivemos o dever de tentarmos não errar com relação à Copel.

Por essa razão junto com o deputado Marcos Isfer, que é o meu colega de Bancada, nós estamos procurando apresentar uma nova alternativa e apresentaremos ainda esta semana, se Deus quiser amanhã, um projeto a esta Casa, porque aqui hoje estão tramitando dois projetos com relação à Copel. Um projeto da Oposição, que mantém o controle acionário por parte do governo liberando a venda do restante. O outro projeto de autoria do deputado Tony Garcia, que revoga simplesmente, a Lei nº 12.355 que autoriza a privatização da Copel.

A idéia nossa, do PPS, é de apresentarmos um projeto que garanta a geração e a transmissão na mão do governo, até baseado no seu pronunciamento que eu acho corretíssimo e que o governo tem que ter a coragem de ter um pronunciamento dessa forma.

De falar que o governo está numa situação financeira difícil; que praticamente está ingovernável se não alavancar, mas, eu acredito que se nós mantivermos a geração e a transmissão, como muito bem disse o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão numa entrevista no Jornal do Estado do Paraná, no domingo, “Nós estaremos garantindo a galinha dos ovos de ouro”. Porque somente a geração e a transmissão daqui 5, 10, anos, valerá mais do que todo o valor que hoje o governo poderá arrecadar com a venda de toda a Copel.

Temos aí para vender a distribuição; temos aí para vender as ações da Sercomtel; temos aí para vender a participação que a Copel tem na Sanepar, que, se não me engano é 7%; as ações que a Copel tem no sistema de telefonia de fibra ótica; da Compagás.

Enfim, daria para o governo alavancar um volume imensurável de recursos para exatamente tapar esse furo de caixa que ele passa no momento e que nós reconhecemos que é de extrema gravidade.

Agora, nós deveríamos, e peço aqui a compreensão dos deputados e de Vossa Excelência, que antecipou dizendo que não votaria em nenhum outro projeto. Acho que a grande saída seria essa, nós mantermos a geração e a transmissão, o que é que realmente tem valor, é o que realmente valerá muito daqui 5 a 10 anos, porque gerar energia no Paraná, nós não teremos outro rio Iguaçu fabricado daqui 5 anos.

De nada adianta falarmos em pequenas energéticas se somarmos todas as futuras hidrelétricas que poderão ser construídas no rio Ivaí, no rio Piquiri, no Tibagi, não dará a metade da geração de Salto Segredo.

Agradeço o seu aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhores deputados, qualquer projeto que venha de encontro, para solucionarem de uma vez por todas, a questão da Previdência do Estado, deputado Cezar Silvestri, eu estarei à disposição para discutir e para debatermos e encontrarmos uma solução da questão da Previdência do Estado.

Porque se o Estado tiver 90 milhões por mês para investir em saúde, em educação, em estrada, enfim, em tudo que o Estado hoje está carente, não tenho dúvida nenhuma que será melhor para todos os paranaenses.

Agradeço, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem o deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Não pude apartear o deputado que estava na tribuna, mas gostaria de fazer aqui como deputado desta Casa um breve relato, porque eu atentamente ouvi o deputado Rossoni...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Ricardo Chab, infelizmente não cabe Questão de Ordem em relação à questão levantada pelo deputado Rossoni.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só cabe a Questão de Ordem porque o discurso do governo para a população é de que se vai vender a Copel a pedido do governo federal, e o deputado Rossoni subiu à tribuna e disse, eu anotei aqui, “o governo do Estado é doente terminal, o governo está fadado a falir se não vender a Copel”.

Então, quero primeiramente cumprimentar o deputado Rossoni pela lucidez; quero colocar aqui na questão de ordem o seguinte: o governo tem que falar a verdade para a população e para os deputados também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só para lembrar o deputado Ricardo Chab que não cabe Questão de Ordem nessa questão.

Com a palavra a Liderança do Governo, deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, o assunto Copel é um tema realmente palpitante, envolvente e conflitante ao mesmo tempo.

E eu uso a tribuna nesta tarde no horário da Liderança do Governo, até para dizer aos parlamentares, pela nossa vivência de quem já passou pelo comando de uma prefeitura municipal, por uma outra empresa estatal, e de alguém que também tem a visão empresarial, porque tenho na minha pequena cidade de Santo Antonio do Sudoeste uma indústria que gera cem empregos e tem a

visão exata do que é na verdade comandar alguma coisa, ou uma empresa na iniciativa privada e dirigir uma empresa nas mãos do comando do governo.

O deputado Valdir Rossoni, com muita propriedade, colocou aqui dados fundamentais, elementares para que todos nós paranaenses, todos nós parlamentares, possamos caminhar e termos um norte com relação ao assunto Copel.

E digo aqui da tribuna que o deputado Traiano fala de convicção absoluta com relação à privatização da Copel, sem nenhum temor àquilo que possa ocorrer no campo político, porque o homem público tem que ter a grandeza, a coragem, a determinação, de encarar os problemas de frente e não correr da sociedade quando ela se coloca contra temas como este da Copel. Temos que ter a coragem para enfrentar. E aqui nesta Casa nós estamos tendo a grandeza de sabermos conduzir o problema Copel dentro do mais alto nível de discussão, respeitando a Oposição que estabelece o contraditório, e da mesma forma esperamos que oposição respeite a Bancada do Governo.

Mas é importante que se coloque aqui para o Paraná, e o deputado Valdir Rossoni muito bem exemplificou, nós temos hoje um comprometimento para com a folha de pagamento do Estado, um montante em torno de noventa e cem milhões de reais-mês, com pagamento de aposentados e inativos, que se multiplicarmos esse número por doze meses nós vamos ter aí um montante de um bilhão e duzentos milhões de reais/ano com pagamento de inativos e aposentados.

Pois bem, discute-se o lucro da Copel, quatrocentos milhões de reais. Realmente é um lucro palpitante, é um lucro que qualquer cidadão nesse momento teria que estar realmente defendendo a nossa Copel se não fôssemos olhar apenas sobre o prisma do campo emocional.

Mas o governo do Estado tem apenas 31% da Copel nesse momento e traz para o Tesouro do Estado, apenas 130 milhões/ano do lucro da Copel. Em contrapartida tem um comprometimento de 1 bilhão e 200 milhões de reais com o pagamento de aposentados e inativos.

É uma sangria desatada que deve ser estancada. Será estancada com certeza, não jogando dinheiro da privatização da Copel no ralo. Será estancada, criando-se com certeza, aquele que será um dos maiores Fundos de Previdência do País, para resolvermos definitivamente esta situação calamitosa que vive o governo do Estado na sua economia, com esse comprometimento dos aposentados, inativos.

Senhores parlamentares, tirando essa sangria desatada do Orçamento do Estado, do Tesouro do Estado, vamos ter, além de não gastarmos mais cem milhões de reais com aposentados, a certeza da solução dos grandes problemas do Paraná na área de educação, saúde e segurança, com esse dinheiro sendo colocado na economia do Estado.

Quero pedir permissão para sair em defesa dos meus companheiros de Bancada.

Como líder do Governo, não posso admitir que os parlamentares de Oposição e o deputado Tony Garcia queiram - afrontar a inteligência, a integridade dos parlamentares que fazem a sustentação da Bancada do governo, porque estes que aqui estão, que defendem a Bancada do Governo, com certeza jamais poderão fazer qualquer insinuação maldosa que possa denegrir a imagem que qualquer - parlamentar da Oposição que ali estabelece o contraditório, que ali engrandece o Parlamento e enobrece esta Casa.

Não podemos permitir, me perdoe deputado Tony Garcia se excedeu e deveria se retratar nesta Casa. Não podemos permitir que essa Casa admita que se coloque em dúvidas a integridade do parlamentar, principalmente dos que aqui estão e devem ser respeitados pelas suas posições e deve ser respeitados...

#### **O Sr. Tony Garcia**

Vossa Excelência me permite um aparte?

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO**

... devem ser respeitados e de livre consciência podem votar e agir da forma como bem entendem.

O tempo é escasso e encerro o meu pronunciamento e Vossa Excelência terá oportunidade de se pronunciar em outra oportunidade.

#### **O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)**

Fui citado duas vezes pelo deputado Traiano. No Regimento da Casa consta. Fui citado, e eu tenho um minuto.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não, não cabe neste momento.

Concedo a palavra ao senhor deputado Ângelo Vanhoni, no Horário da Liderança da Oposição.

O deputado Vanhoni tem os dois minutos que o deputado Traiano teve além do seu tempo.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Vou abordar essa questão do deputado Tony Garcia e acho que o deputado Traiano e o deputado Cartário, (talvez eu tenha escutado mal na tribuna), mas o deputado Tony Garcia, eu não sei porquê, estou tendo uma impressão um pouco distante daquela que eu tive. Eu escutei atentamente o discurso do deputado Tony Garcia e o deputado Geraldo Cartário acabou confirmando algumas coisas.

Na realidade, ontem aconteceu uma reunião com o governador Jaime Lerner, do qual o deputado Rossoni estava presente e o Cartário estava presente. E as conversas que estão hoje na Assembléia Legislativa e a impressão que eu tenho que o Tony Garcia trouxe e aí explicitou e me desculpe, deputado Traiano, líder do Governo hoje em exercício, é de que o governador do Estado, senhor

Jaime Lerner e os seus técnicos estão na realidade pressionando os deputados da base aliada, e isso não foi o deputado Tony que disse nós escutamos, nós da Oposição escutamos isto, estão pressionando os deputados da base aliada para que, se não votarem de acordo com as diretrizes do governador do Estado, isto é, retirarem as assinaturas do requerimento que pede a demissão do Ingo e votarem a favor da venda da Copel, estes aliados serão tratados como membros da Oposição: isto é, todos os cargos que tem no governo serão retirados das nomeações.

De certa maneira, veja bem, a fala do deputado Geraldo Cartário, meu amigo, remete a estas questões, quando entendido que o deputado Tony Garcia se referiu a este tipo de pressão que o governador do Estado está fazendo em relação à Assembléia Legislativa.

Acho que a Assembléia e os deputados não podem se curvar a este tipo de chantagem, porque trata-se de uma chantagem, em relação à relevância do tema que está sendo discutido, que é a privatização de uma empresa como a Copel. Mas, o mais importante da minha fala hoje, é a respeito da fala do deputado Valdir Rossoni. Acho que o deputado Ricardo Chab tem toda a razão. É preciso dar os parabéns a Vossa Excelência porque não mesmo como político, mas o senhor como deputado, em toda a sua história aqui no Parlamento, o senhor conseguiu na tarde de hoje - e eu espero que o Ingo confirme amanhã - aquilo que o senhor disse, trazer com clareza as razões do porque de o governo querer vender a Copel.

Aquilo que o governador Jaime Lerner e aquilo que o presidente Ingo e aquilo que até o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, já chamou a atenção, pela imprensa, na semana passada, que o governo não tem coragem de explicar para o povo paranaense. Qual é a realidade da situação financeira do Estado do Paraná? É uma realidade, como Vossa Excelência disse, terminal! O governo não paga o salário dos funcionários daqui há dois meses. E o governo não tem dinheiro para pagar os aposentados.

Não há razão de ordem técnica. Não é porque o governo federal está impondo a privatização. Não é porque a Copel vai ficar ilhada no meio de empresas do norte do País, do Centro-Oeste do País, lá de Furnas ou lá de São Paulo, empresas privadas que vão entrar nos fios de luz do Estado do Paraná vendendo energia mais barata para o Shopping Múeler.

Ora o Ingo vai querer convencer quem com este tipo de argumentação? Não convence ninguém. Lógico que nós sabemos disto. Então, não é por estas razões, de ordem técnica, do modelo de privatização do modelo energético brasileiro e nem por imposição do governo federal. Porque a Petrobrás também estava na mesma lista de empresas que não poderiam obter investimento externos. E, agora, há questão de 20 dias atrás, antes do afundamento da P-36, a Petrobrás foi autorizada, pelo Conselho Monetário Nacional a obter empréstimos inter-

nacionais para fazer investimentos na bacia de Campos. Antes do afundamento da P-36.

Quer dizer, a determinação de conceder empréstimos para estatais é uma decisão política do Conselho Monetário. Isto pode mudar a qualquer momento. Depende daquilo que o governador Itamar Franco veio fazer aqui e falou para o povo do Paraná: "eu, enquanto governador, vou defender os interesses de Minas e os interesses estratégicos, a Semig não vai ser privatizada, porque como governador eu não quero que seja privatizada!"

Então, agora vamos conduzir daqui para a frente, a discussão, no seu leito principal que é a falência financeira do Estado. Mas, temos a falência financeira de um lado. O deputado Valdir Rossoni tem mais um mérito, além disso: aborda a questão previdenciária.

É esta a questão que eu quero discutir, deputado Valdir Rossoni. Cinqüenta mil funcionários públicos do Estado do Paraná, foram retirados do INSS e foram passados, deixaram de contribuir para o Fundo de Previdência do Estado do Paraná. É verdade, mas, eu lembro que há dois anos e meio atrás, o presidente do INSS e o Ministério da Previdência vieram ao Paraná para ajustar, junto com o governador Jaime Lerner, a equiparação, o repasse do dinheiro devido pela União da compensação em relação ao crédito que o Estado tinha em relação à Previdência. Ora, naquele momento isto era imprescindível para que as finanças do Fundo Previdenciário do Sistema Previdenciário dos Funcionários Públicos fosse resolvido.

Pois bem, como se não bastassem os 380 milhões, perto disso, que seriam repassados em cotas para o Estado do Paraná, o governo do Estado lançou uma discussão que moveu toda a classe política e a sociedade paranaense. Os royalties de Itaipu: um bilhão e poucos milhões de reais são importantes para equacionar o problema do Fundo de Previdência no Estado do Paraná. Porque senão, nenhum governador que viesse após o Jaime Lerner poderia governar o Estado do Paraná. Este seria um problema de maneira irrevogável, não poderíamos - de forma alguma, protelar a solução desse problema.

Foi feita uma luta política, éramos contra e no entanto o governador Jaime Lerner conseguiu a autorização e o aceite do governo federal para negociar os royalties de Itaipu. Mais uma vez para solucionar os problemas do Fundo de Previdência da ParanáPrevidência.

Ora, o governador e o deputado Valdir Rossoni, acho que o governador tentou mudar o enfoque ontem na reunião. Não é mais por questões de privatizações do governo federal, não é mais por razões técnicas, não é mais porque a Copel vai ser uma empresa ilhada pelo sistema. É porque o Estado tem que resolver o problema previdenciário. Eu aceito resolver o problema previdenciário e não falo, talvez, em nome da Oposição, mas estou de peito aberto: o governador do Estado do Paraná que

apresente as contas, que apresente as finanças, que abra uma auditoria sobre a receita e despesas do Estado do Paraná nos últimos 4 anos, 5 anos e nós aceitamos privatizar a Copel se estivermos convencidos de que o dinheiro é para isso e não tem recurso para isso.

O governador que seja honesto com o povo do Paraná, abra a caixa preta do governo do Estado, abra o fluxo de caixa - receita e despesa, abra onde vai o dinheiro dos contribuintes paranaenses, abra a folha de pagamento. Vamos discutir isso com clareza. Se for assim, tenho certeza que aí teremos condições de dizer para os paranaenses: "Paranaenses, infelizmente diante das necessidades do mundo econômico e dos problemas financeiros futuros do Estado do Paraná, teremos que fazer este sacrifício".

Do contrário, deputado Valdir Rossoni, o povo do Paraná tem todas as razões para suspeitar e mais uma vez o povo do Paraná pode ser enganado. Porque metade das ações foram vendidas para fazer o desenvolvimento na educação, na saúde, nas estradas, para as prefeituras, para o povo pobre que planta no interior do Estado. Enfim, para fazer este Estado ter qualidade de vida. As ações da Sanepar a mesma coisa, as ações e a privatização do Porto de Paranaguá a mesma coisa.

E o que vimos depois desse tempo todo? Dezesseis bilhões e trezentos milhões de dívida pública no Estado do Paraná, sem recursos, sequer, para plantar uma espiga de milhões para o pequeno agricultor no interior do nosso Estado. E ainda o governo tem o desplante de vir dizer, novamente, que é para socorrer um problema estrutural dos funcionários públicos do Estado do Paraná que vai ter que privatizar a Copel.

Ora, vamos ser aqui pão-pão, queijo-queijo. Assino a privatização da Copel se o senhor e o governador Jaime Lerner aceitarem abrir a caixa preta com o fluxo de caixa do governo do Estado: receita e despesa. Assino junto com o senhor.

Muito obrigado.

**O SR. TONY GARCIA (Questão de Ordem)**

Gostaria de me inscrever em explicações pessoais.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Logo após a votação das matérias. O deputado Ricardo Maia e a deputada Serafina Carrilho, registram a presença também a presença do vereador Jeremias de Maringá, e ainda o deputado Ricardo Maia registra a presença do ex-vereador de Maringá, Ulisses Maia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expedi-

ente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 478/97, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Guaraniaçu ao município de Altamira do Paraná. **Aprovado.**

### **ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 154/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 154/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**Capítulo I**  
**Área de Abrangência**

Art. 1º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I - Zona Costeira Paranaense é o espaço geográfico delimitado pelos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Compreendendo a Planície de Inundação Fluvio-Marinho, constantes dos ecossistemas de manguezais e de várzeas; da faixa marítima, até 12 milhas náuticas da costa, incluindo as ilhas costeiras e os habitats rochosos, composto um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, de diversidade marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem o caráter de fragilidade.

II - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro-PEGC é o conjunto de atividades e procedimentos institucionais que, através de instrumentos específicos, permitem a implantação da Política Estadual para a região, orientando o processo de ocupação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Paraná.

III - Os municípios criados após aprovação desta lei, dentro do limite de abrangência do conjunto de critérios acima descritos, serão automaticamente considerados como componentes da Zona Costeira Paranaense.

Art. 2º - A Zona Costeira, para o estabelecimento do Plano de Gerenciamento Costeiro - PEGC, está subdividida em unidades ambientais naturais (UAN) conforme Decreto Estadual nº 5.040, de 11 de maio de 1.989, que define Macrozoneamento da região do Litoral Paranaense, suas diretrizes e normas de uso.

### **Capítulo I**

#### **Dos Objetivos**

Art. 3º - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, tem por objetivo geral orientar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da Zona Costeira através de instrumentos próprios, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros em condições que assegurem a qualidade ambiental, buscando os seguintes objetivos específicos:

I - obter um correto dimensionamento das potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira do Paraná;

II - assegurar a utilização dos recursos naturais litorâneos, com vistas à sua sustentabilidade permanente;

III - exercer efetiva fiscalização sobre os agentes causadores de poluição, sob todas as suas formas e ou de degradação ambiental ou de causar impactos negativos nos ambientes sociais e econômicos, que afetem, ou possam vir afetar a Zona Costeira.

IV - possibilitar a fixação e o desenvolvimento das populações locais através da regularização fundiária, de procedimento que possibilitem o acesso das mesmas à exploração sustentável dos recursos naturais e de assessoria técnica para implantação de novas atividades econômicas ou para aprimoramento dos já desenvolvidos, observando-se a capacidade de suporte ambiental da região.

### **Capítulo I**

#### **Das Ações e Diretrizes**

Art. 4º - São ações necessárias para o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC:

I - implantação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - Sigerco;

II - implantação de Programas de Monitoramento, com vistas à proteção, controle e fiscalização, recuperação e manejo dos recursos naturais da Zona Costeira;

III - desenvolvimento de Planos de Gestão de forma integrada com órgãos setoriais do estado e articuladamente com os municípios.

Art. 5º - São diretrizes do Plano Estadual de gerenciamento Costeiro-PEGC:

I - proteger os ecossistemas, de forma a garantir no seu conjunto as funções ecológicas e a diversidade biológica;

II - fomentar o uso adequado dos recursos naturais, de acordo com as potencialidades de uso e a sua capacidade de suporte, garantindo a estabilidade funcional dos ecossistemas;

III - promover a melhoria das condições de vida das populações, fomentando a produção de tecnologias adequadas ao uso não predatórios dos recursos naturais;

IV - promover o aprofundamento de discussões com as comunidades costeiras, com vistas a conscientizar sobre as necessidades de harmonizar o uso e ocupação do solo com os recursos naturais a serem protegidos;

V - assegurar a mitigação dos impactos sobre a Zona Costeira e a recuperação de área degradadas;

VI - assegurar a integração harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que influenciam ou que por ela são influenciadas.

### **Capítulo IV**

#### **Dos Instrumentos**

Art. 6º - São instrumentos do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro-PEGC:

I - macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989;

II - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro;

III - Programas de Monitoramento Ambiental; e

IV - Planos de Gestão.

Art. 7º - O macrozoneamento da região do Litoral Paranaense é instrumento de execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, que tem por objetivo orientar a ocupação e uso do espaço, compondo um instrumento interativo da gestão ambiental, com vistas a subsidiar ações de planejamento governamental e não governamental capazes de conduzir ao aproveitamento, manutenção ou recuperação de sua qualidade ambiental e potencial produtivo, em benefício da população local.

Art. 8º - O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO é o instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados georeferenciados e informações, servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a análise e a tomada de decisões.

Art. 9º - O Monitoramento tem o propósito de acompanhar a evolução e condição ambiental da Zona Costeira, convergindo para a definição de indicadores e padrões de avaliação da qualidade ambiental.

Art. 10 - Os Planos de Gestão serão elaborados a partir dos conjuntos de projetos setoriais integrados e

compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense estabelecido pelo Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989, envolvendo a participação de, representantes dos setores legalmente organizados, com envolvimento na Zona Costeira.

§ 1º - Para execução dos Planos, objeto desse Artigo, serão alocados recursos provenientes dos orçamentos dos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, bem como dos oriundos de Órgãos Federais e contribuições da iniciativa privada, mediante celebração de convênios e ou contratos.

§ 2º - Na consecução dos respectivos planos, serão privilegiadas as ações científicas e tecnológicas que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes na Zona Costeira, notadamente naquilo que induza a introdução de modelos alternativos de utilização dos recursos naturais.

## **CAPÍTULO V**

### **Das Competências**

Art. 11 - As responsabilidades atinentes à coordenação e execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro -PEGC, caberão à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em estreita colaboração com os Governos Municipais Costeiros, buscando ainda parceria com órgãos de pesquisa governamentais e não governamentais.

Parágrafo Único - No âmbito da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica designada as Secretarias Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense como Coordenadoria Estadual do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro-PEGC.

Art. 12 - O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criará Câmara Técnica específica para acompanhar a implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro- PEGC.

Art. 13 - Para custear as despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos especiais, até o limite de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

II - proceder à incorporação no orçamento vigente, das classificações orçamentárias (funcional-programática) incluídas pelos créditos autorizados no inciso I, promovendo, se necessário, a abertura de créditos adicionais suplementares.

Parágrafo Único - Os valores dos créditos adicionais a que se refere este artigo, serão cobertos na forma prevista no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
LUIZ FERNANDO DA SILVA - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila - Amdesnovi, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria dos deputados Fernando Ribas Carli e Divanir Braz Palma, que veda a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias de serviços públicos no Estado do Paraná. **Aprovado.**

#### **ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 035/2000, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2000, regulamentado pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/2000  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### **R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados, referente ao exercício financeiro de 2.000, regulamentada pela Resolução nº 15/92, de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/99, que determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta ou indireta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLÊNÁRIO APOSTA AO  
PROJETO DE LEI Nº 444/99

P A R E C E R :

A emenda nº 01, ao projeto de Lei nº 444/99, de Plenário, de autoria do Líder do Governo, deputado Durval Amaral, estende a aplicação da obrigação de publicar os gastos públicos ao Poder Judiciário, Legislativo e Ministério Público, através da Rede Mundial de Comunicação - Internet.

Apesar da Constituição dispor que o Poder Judiciário e o Ministério Público tem autonomia administrativa e financeira, a Lei Complementar nº 101/200, conhecida como lei de responsabilidade fiscal, aplica-se a todos os Poderes e ao Ministério Público.

O artigo da LRF prescreve "São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos".

Essa disposição deixa clara a importância de tornar transparente a gestão financeira dos órgãos públicos.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação da Emenda de Plenário nº 1. ao Projeto de Lei nº 444/99, por entendê-la conforme com o ordenamento jurídico.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Eli Ghellere, Sergio Spada, Algaci Tulio, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Chico Noroeste, Moisés Leônidas, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Caíto Quintana.

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos fiscais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.A.I.C.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO  
DO PROJETO DE LEI Nº 074/2000

Art. 1º - As empresas beneficiadas com incentivos de qualquer natureza para sua implantação no âmbito do Estado do Paraná, deverão contribuir com três por cento (3%) no mínimo, dos valores concedidos a título de incentivo para o desenvolvimento de ações e políticas no âmbito da Assistência Social.

Art. 2º - Entendem-se por projetos e Ações Sociais aqueles que visam a formação, profissionalização dos trabalhadores e suas famílias, programas educativos e de saúde, e outros que tenham por finalidade a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Art. 3º - Os recursos em questão serão alocados no Fundo Estadual de Assistência Social -FEAS.

Art. 4º - Nos convênios ou contratos firmados entre o Estado do Paraná as empresas beneficiadas constará cláusula específica do que trata esta Lei.

Parágrafo Único - As empresas já instaladas e que tenham recebido incentivos de qualquer natureza, contribuirão nos termos de regulamento próprio.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Chico Noroeste, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Cesar Seleme.

**O projeto retorna à C.C.J.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das disciplinas inglês e/ou espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das escolas públicas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A. COM EMENDA DA C.E.M.A. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**Emenda - Aprovada.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 03/2001, de autoria da C.P.I. do Roubo de Cargas, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas. **Em votação.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, as Oposições querem fazer o registro que estão se abstendo de votar o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas. Que se registre a nossa abstenção. Nós somos contra. Não colocamos as nossas assinaturas para a constituição dessas comissões parlamentares de inquérito.

Então, fica registrada a nossa posição e de todos os deputados de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a posição de Vossa Excelência e dos demais deputados de Oposição.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que institui o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.E.C.E. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 600/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Moysés Leônidas, tem por finalidade instituir o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação.

Procedida a análise da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa de Leis, sendo portanto o Parecer Favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.11.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES Projeto de Lei nº 600/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do deputado Moysés Leônidas, visa instituir o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação.

Chamada a opinar, esta comissão verificou que tal instituição reduzirá custos, uma vez para dar continuidade aos serviços prestados pelos Núcleos às Escolas e a SEED, seriam necessárias novas contratações, o que oneraria demasiadamente o Estado.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.1999.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, ficam impedidos, os órgãos da administração pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingressos em seus quadros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 032, de 10.04.2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 106/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo impedir os órgãos da

Administração Pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 106/2000

#### P A R E C E R :

#### Parecer

De iniciativa do deputado Nelson Garcia, o projeto de lei visa impedir os órgãos da administração direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

O autor justifica o intento legislativo afirmando que pelo elevado número de pessoas que se inscrevem em concursos públicos, sendo que a maioria se encontra sem emprego, enfrentando grandes dificuldades para sua manutenção e de sua família.

#### Do voto

O projeto de lei recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito das prerrogativas desta Comissão, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
BETO RICHA - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Baratter está pedindo que se registre presença do Secretário da Educação, do município de Cascavel, o senhor Marcos Vinicius. Fica registrada nos Anais desta Casa, a sua visita ao Legislativo Paranaense.

#### O SR. BERALDIN

Pela Ordem, senhor presidente?

#### (Assentimento)

Faço parte da Comissão dos Combustíveis, da qual o deputado Durval Amaral é o presidente e do deputado Tony Garcia. Ouvi Vossa Excelência há dias atrás dar um prazo e não houve mais convocação da reunião, para discutir o relatório.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a Vossa Excelência que foi encaminhado às comissões, que está tendo trâmites normais, dentro da Casa e, posteriormente, virá ao Plenário.

Sobre a mesa, requerimento nº 556, de autoria do senhor deputado Hermas Fonseca, constante do expediente. **Encaminhe-se como sugestão.**

Requerimento nº 557, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental.

O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Vossa Excelência, na reunião passada, falou que não cabe pedido para discutir, em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A nossa assessoria está nos informando, que Vossa Excelência tem total razão em questionar a posição do senhor presidente. Será votado o requerimento.

Em votação.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados, a grande polêmica, hoje, na Sessão desta Casa, foi os desdobramentos políticos das reuniões ocorridas no final de semana, aqui, em Curitiba, do governador, Bancada de Sustentação, posição da Bancada de Oposição em relação a essa posição do governo, como um todo, Bancada de Sustentação do governo. Gostaria de ratificar o que já disse, em nome da Bancada do PSDB, independentemente da ação ou reação do governo do Estado, com relação se o parlamentar estiver a favor ou contra a venda das ações da Copel, a Bancada do PSDB na questão Copel, proibição da venda das ações da Copel, tem uma posição clara e definitiva, é que vai trabalhar até esgotar as últimas energias, para evitar a venda das ações da Copel, independentemente de posição ou reação de governo.

A Bancada do PSDB vai se manifestar em todas as questões que forem colocadas em discussão e em votação, nesta Casa, acompanhando a posição da Bancada de Oposição. E já que estamos votando um requerimento dessa natureza, de autoria do deputado Tony Garcia, a Bancada do PSDB vai votar acompanhando a intenção do deputado Tony Garcia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, só esclareça se foi aprovado o Regime de Urgência do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento do deputado Tony Garcia: requer Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 06/2001. **Foi o requerimento aprovado.**

Requerimento nº 574, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, com apoio do senhor deputado

Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Gostaria de sensibilizar o líder do Governo, senhor presidente, para que ele retirasse da Discussão porque é de extrema importância. Cada dia desse requerimento adiado é um dia a menos que falta aula nas escolas de Curitiba e região metropolitana.

Então eu queria sensibilizar o líder do Governo, nesse momento, que ele retirasse a Discussão para que nós pudéssemos ter a presença, o mais rápido possível, da secretária da Educação, porque as escolas públicas estão sem professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mantém a Discussão, deputado Durval Amaral?

(**Assentimento**)

Fica adiado para a Sessão de quarta-feira, amanhã é uma Sessão Especial para ouvirmos o presidente da Copel e secretário das Finanças.

Requerimento nº 536, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 547, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 555, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 553 e 554, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 558 e 559, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Encaminhe-se como sugestão.**

Requerimento nº 560 e 561, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 562 e 563, de autoria do senhor deputado Custodio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 567, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 568, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 569, de autoria dos senhores deputados Beraldin, Fernando Ribas Carli, Ademir Bier, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 570, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 571, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 572, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 573, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 576, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 578, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 577, de autoria do senhor Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 582 e 584 de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 525, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, eu no entendimento mantido com os líderes do PMDB, e da Oposição, nós sugerimos ao deputado Nereu e ao deputado Waldyr Pugliesi, que nós convidássemos o secretário da Segurança, José Tavares, para que ele viesse até aqui numa reunião, na Liderança do Governo ou na própria Comissão e Segurança, expor aquilo que está no teor do requerimento, portanto, eu gostaria de solicitar aí a concordância dos deputados, uma vez que a gente buscou esse entendimento e eu já consultei o secretário Tavares e ele está disposto a vir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo ao nobre deputado Ademar Traiano, que o requerimento só deixará de ser votado se o deputado Luiz Carlos Zuk que é o autor do requerimento, solicitar a sua retirada. Senão será votado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Consulto portanto ao deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, não seria uma conversa a portas fechadas numa resposta que todo mundo teria conhecimento. Eu reitero ao Líder do Governo, se nada tem a esconder na Segurança se ele vem aqui a expor ali na Liderança do Governo, ele que transcreva, através de uma resposta oficial para o comitê de imprensa para o Paraná todo saber realmente o que está ocorrendo na Segurança, mesmo que perca vou reapresentar outra vez em outra oportunidade.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Não se trata de fazer uma reunião às escondidas e a portas fechadas, até porque deputados não tratam de assuntos de relevância para a sociedade paranaense às portas fechadas e nem tão pouco às escondidas, deputado Zuk, entendo que é uma forma transparente do Secretário Tavares vir a esta Casa em uma reunião com toda bancada, não só de sustentação política, mas com deputados da Oposição para discutir e para tratar dos assuntos que interessam a sociedade paranaense.

Por isso, encareço ao senhor, esta liderança se dispõe trazer o secretário Tavares a hora que os senhores quiserem, sem nenhum inconveniente, só que não precisa ser efetivamente numa convocação desse Plenário. Por isso, encareço para que seja retirado este requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de saber o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a Vossa Excelência que no requerimento do deputado Zuk não está convocando o secretário.

Teor do requerimento é o seguinte: envia expediente ao secretário da Segurança, José Tavares, solicitando informações, apoio técnico, pessoal, em janeiro de 1999 até a presente data.

Requerimento nº 545, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

Espero que Vossa Senhoria, deputado Durval, já questione e vou endossar ainda se o governo está mentindo ou o deputado Rossoni está com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação os deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 548, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Em votação os deputados que aprovam a convocação do secretário José Tavares, diretor geral da Polícia Civil, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de Votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário que faça a contagem.

Solicito ao 1º secretário a informação de quantos votaram contrário a aprovação do requerimento.

- 26 senhores deputados votaram rejeitando o requerimento.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Acho que está havendo algum problema com a Bancada Governista, eles que me perdoem, mas a questão da Segurança é uma coisa pública, a sociedade está clamando a questão da segurança. Não há o que cobrir a questão da Segurança Pública.

Meu Deus do céu, deputado Durval Amaral, libera a Bancada.

É preciso senhor presidente que se faça uma recontagem, porque eu não posso acreditar que aqui nós tenhamos 26 votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho que confiar na contagem do nosso 1º secretário.

Os que apoiam o requerimento queiram levantar-se.

19 senhores deputados aprovam. **Está rejeitado o requerimento.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente há um requerimento colocado à Mesa que pede a substituição do senhor Ingo Hübert da presidência da Copel, para que o processo da licitação da Copel de venda, privatização ou não, seja o mais transparente possível.

Esse requerimento foi colocado à Mesa, já na última 4ª feira, foi discutido. Foi pedido discussão.

Portanto, foi adiado para hoje.

Pediria a Vossa Excelência que esse requerimento fosse colocado à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência tem toda a razão e nós colocaremos em votação.

Apesar de nós entendermos que é uma intromissão em outro Poder, que nós não teríamos condições de interferência em outro Poder. Nós íamos deixar de colocar em

votação. Mas, como Vossa Excelência coloca a necessidade da votação estará em votação.

Requerimento nº 550, de autoria dos senhores deputados Beraldin, Cesar Seleme, Marcos Isfer, Sérgio Spada, Luiz Accorsi e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. BERALDIN

Da mesma forma, senhor presidente, porque há muitos que estão votando aqui, que assinaram exatamente isso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossas Excelências não encaminharam o requerimento anteriormente, por escrito. Quando é votação nominal, tem que ser encaminhado à Mesa com antecedência.

Vamos fazer a votação do requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, solicito chamada nominal para se processar a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

Quarenta e cinco responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e cinco senhores deputados responderam à chamada.

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber quem são os deputados que assinaram este requerimento, para que pudéssemos conhecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tenho como identificar as assinaturas. Eu teria que suspender a sessão por dez minutos para identificar as assinaturas.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

A minha assinatura está neste requerimento e estou votando a favor do requerimento.

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Fui um dos que colheram as assinaturas no Plenário e fiz questão de colocar o nome de todos os senhores deputados embaixo das assinaturas. Só quem não assinou, é óbvio.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputados Sérgio Spada, Beraldin, Luiz Accorsi, Ribas Carli, Cartário, Renato Gaucho, Serafina...

**O SR. DURVAL AMARAL**

Diversos senhores deputados, senhor presidente. Quem assinou, sabe que assinou. Não há necessidade.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Votaram 23 (vinte e três) senhores deputados pela aprovação do requerimento.

Os senhores deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Votaram 21 (vinte e um) senhores deputados.

**Está aprovado o requerimento.**

## Explicações Pessoais:

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Tony Garcia, inscrito.

**O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente e senhores deputados.

Primeiramente gostaria de ter uma confirmação de quantos minutos tenho para Explicações Pessoais.

Certo, quinze minutos. Agradeço, senhor presidente.

Acho que nesta Casa, neste momento, senhor presidente, o senhor deu uma demonstração do que é um Parlamento. O senhor, com toda a dignidade e com todo seu tempo de vida pública demonstrou a esta Casa e aos deputados que nela aqui estão, que neste momento esta Casa deve ser honrada até o final. Todas as pessoas, todos os deputados aqui presentes, hoje, vão lhe agradecer por esta sessão, senhor presidente.

Aqui ocupou esta tribuna o ex-líder do Governo, mas que ainda não se acostumou que é ex-líder, deputado Valdir Rossoni, meu amigo, muitas vezes preterido pelo governador Jaime Lerner, nesta Casa, aonde estive e estou do seu lado desde 1990, quando ele foi candidato a deputado pela 1ª vez, o deputado Valdir Rossoni teve o meu apoio, o meu apreço e a minha consideração. Ele ocupou esta tribuna e tentou tirar a minha palavra no momento em que eu falava as coisas que o governo não quer ouvir. E o governo precisa ouvir. E esta Casa e todo o Paraná precisam ouvir. Subiu aqui nesta tribuna o vice-

líder do Governo, nosso companheiro deputado Ademar Traiano, onde tentou de uma maneira até muito pouco eloquente, dizer que eu aqui teria ofendido esta Casa quando levantei suspeitas sobre o que havia com os deputados.

Também subiu a esta tribuna o meu grande amigo deputado Geraldo Cartário, uma pessoa que respeito pela sua posição e pela honradez com que o senhor se coloca neste Parlamento e pela vida pública que o senhor tem neste Estado, com honradez. O senhor teria entendido, como o deputado Cezar Silvestri teria entendido, que eu teria ofendido o Parlamento, falado em chantagem, em oferecimento de alguma coisa. Nada disso. A palavra chantagem foi usada pelo deputado Nereu Moura e eu simplesmente acompanhei. E, neste momento, não falo de chantagem dos deputados, falo sim, e deixo nesta Casa claro, que continuo falando e afirmando como afirmei para todas as televisões e todos os órgãos de imprensa neste momento: o governo fez pressão, o governo chantageou, sim, todos os deputados que aqui estão. A maioria deles não se curvou neste momento.

Ontem, falavam e jogavam o famoso blefe: que já existem 32 deputados na base de apoio. Quem quiser venha com o governo, que não quiser saia, o governo não precisa mais de ninguém neste momento! É isto que clamavam, ontem, pelos corredores, é isto que clamavam nos telefones e quando hoje, uma surpresa, senhor presidente, graças à sua conduta, esta Casa mostra, realmente, que não tem ninguém aqui tutelado pelo governo. Não tem ninguém, neste momento aqui, que ficou impressionado. Levantou, mostrou a sua cara e mostrou a este governo que não é desse jeito que se faz política. A hora que precisa, pega a sua base aliada e obriga os deputados a votarem. Obriga prometendo uma coisa que promete desde 1997 e nunca cumpriu. E de novo faz a mesma promessa vã. Quando tem um problema seriíssimo como o da venda da Copel, joga toda sua cartada, reúne seu secretariado, bota para trabalhar o final de semana inteiro todos os seus secretários, pressiona a base aliada e não dá em nada. Por quê? Porque falta credibilidade a este governo, hoje. O governo não tem mais credibilidade, o governo não tem mais o apoio irrestrito de nenhum deputado.

Qualquer deputado aqui desta Casa que se prese, deputado, e que prese o povo do Paraná, não dá ouvidos à balela do governador Jaime Lerner, que neste momento é imprescindível vender a Copel. É imprescindível, sim, para tapar o rombo que foi feito no Estado. É imprescindível, sim, para encobertar o que aconteceu com o Banestado, de 5 bilhões de dívida do Banestado, onde vamos pagar por 30 anos, senhor presidente, mais de 30 milhões por mês. Isso sim é porque não tem dinheiro para pagar a folha de pagamento. E neste momento não vou me sentir acuado, não vou recuar de maneira nenhuma da minha posição e faço aqui, o compromisso de público com esta Casa e com todos os meus companheiros: vou defender esta Instituição, custe o que custar.

O deputado Traiano subiu a esta tribuna para dizer que eu estaria afrontando meus companheiros e denegrindo a imagem deles. É uma mentira e agradeço ao deputado Ângelo Vanhoni, que subiu naquela tribuna e falou que o entendimento dele tinha sido outro. Até porque acredito que nessas horas de aperto o governo não entende as declarações, não entende declarações de ninguém. A Oposição tem uma clareza quando alguém tem uma posição firme e saiu em minha defesa o deputado Ângelo Vanhoni, coloquei e peguei uma cópia das notas taquigráficas, quando em momento nenhum eu desrespeito os meus companheiros, porque faço parte desta Casa e não gostaria de ver esta Casa denegrada. Pelo contrário, vou até o final com os meus companheiros, mas não me submeto a chantagem nenhuma, chantagem de governo, de pressão, porque como disse o nobre colega Geraldo Cartário, se o governador nos chamar lá para alguma coisa, ele não vai nos dar nada, ele vai querer nos tirar alguma coisa, porque neste momento ele não conta com o apoio da sua base, não conta com o apoio da população do Paraná e esta questão Copel eu acho que amanhã, a vinda do senhor Ingo Hübert vai esclarecer muitas coisas para esta Casa. Os senhores aguardem amanhã a vinda do senhor Ingo Hübert. Faremos revelações, traremos à baila aqui coisas que eu quero ver de que maneira este governo vai dar explicação, de que maneira vai se proibir uma CPI da Copel. Não existe como, porque vão ser coisas irrefutáveis e eu quero ver esse presidente da Companhia Energética do Paraná e hoje um doublê de secretário e presidente da Copel poder dar estas explicações nesta Casa.

Então, estaremos aqui com todos vocês amanhã, é importante que a imprensa, a população venha para ouvir o depoimento do senhor Ingo Hübert e aí com certeza vamos esclarecer muitas coisas que não só esta Casa, mas todo o Paraná vai precisar ouvir.

#### **O Sr. Sérgio Spada**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Agradeço a sua boa vontade, deputado Tony Garcia.

Confesso que não sofri pressão de ninguém de parte do governo, da Bancada do Governo, no sentido de que a Bancada do PSDB ou seja quem for dos deputados recebessem pressão para votar assim ou assado, caso contrário estariam na Oposição. Mas o burburinho existe, e onde tem fumaça, tem fogo, é natural.

E queria mais uma vez reiterar aqui, deputado Tony Garcia, a posição do PSDB contra a privatização da Copel. Não é por uma questão filosófica ou ideológica, até porque nós, eu particularmente, sou a favor de privatizações, de terceirizações, mas a questão de circunstância, deputado Tony Garcia, esta é a grande questão, vender a Copel da forma como está sendo proposta pelo governo, significa que chegaremos ao final deste governo e não teremos mais a Copel e não teremos recursos para alavan-

car qualquer projeto de desenvolvimento para o Estado do Paraná.

E para complementar, gostaria só de fazer um registro aqui: governo que tem deputados que atuam, como atua o deputado Traiano, na base de sustentação do governo, certamente vai ter muita dificuldade para até se manter ao final do mandato como governador.

#### **O Sr. Moysés Leônidas**

Permite um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Acho muito importante, deputado Tony Garcia, que Vossa Excelência tenha vindo neste horário, para inclusive explicitar melhor a colocação feita por Vossa Excelência e queria até também, a exemplo de outros companheiros, dizer a Vossa Excelência que a mim o governo não pediu nada e a mim também o governo não chantageou, até porque eu tenho me posicionado publicamente com a minha campanha, a campanha que lancei lá em Londrina e no Norte do Paraná. Agora, já que o assunto é chantagem, queria dizer a Vossa Excelência e também deixar registrado aqui na Casa que na sexta-feira à noite eu participava de um jantar onde lá estava presente o presidente desta Casa, o deputado Hermas Brandão e de repente um jornalista que lá estava presente chegou para mim e disse o que o governo tem contra você, porque hoje eu fui convocado para abrir uma frente para acabar com sua carreira política e que tinha sido chamado por um secretário extremamente ligado ao governador que tinha feito esta colocação a meu respeito.

Aí, no dia seguinte eu abro os jornais e vejo que o procurador do Estado acabou dando literalmente, com todo o respeito a esta Casa, uma “porrada” na cara de um cidadão lá em Maringá. Falei, agora o governo vai decidir as coisas no braço, passei agora a ficar com medo. Não me chantagearam em nada, mas recebi uma notícia e no outro dia vi que estavam decidindo na pancada as coisas, então, quero deixar consignado aqui: não falei no horário do Expediente porque eu também na minha vida, no meu dicionário não existe a palavra medo, não tenho receio, até porque o governo não tem nada para me tirar, porque não tenho nada dele, mas deixar esta preocupação, se não há chantagem, ameaças físicas ou ameaça à colocação que me foi feita para tentar bombardear a minha carreira pública, eu começo a ficar preocupado.

Ou é fraqueza ou é desespero ou é muita prepotência. Acho que o governo, no momento, precisaria de um pouco mais de humildade. Porque o líder Rossoni colocou aqui, de uma forma que a mim me pareceu também clara. O governo tem que vir a público e dizer que está com a sua moratória para decretar, pede o apoio de todo mundo e ninguém vai se furtar, até aquele que não está em cargos eletivos. Quando acontece na base da ameaça, passo a ter uma preocupação a mais. E é essa que também Vossa Excelência está tendo.

O SR. TONY GARCIA

Solicito um aparte ao deputado Beraldin.

**O Sr. Beraldin**

Essa linha de que o governo tem que vender o controle da Copel - quero contribuir com um breve aparte, dizendo que o governo federal fez uma lei autorizando e não obrigando os Estados a privatizar as suas empresas de energia. Além do mais, quando o governo do Estado vendeu as ações, que comprometeu as ações da Copel, junto ao BNDES, a que preços foram vendidas e caucionadas aquelas ações do BNDES? Será que hoje poderão vender as ações a preços mais baratos e dizer que vai ter um ágio na venda da Copel? O que o governo fez com aquele um bilhão e meio de ações, que ele comprometeu junto ao BNDES? O que o governo fez com a privatização da Ferroeste? O que o governo fez com a venda de quase 40% da Sanepar? O que o governo fez com a antecipação dos royalties de Itaipu? Só de dívida que o Estado assumiu, com a União, em relação a venda do Banestado significa 13% do que custa toda a folha dos inativos e dos que estão na atividade. Se esse governo disse que precisa vender a Copel, para pagar os inativos, mas como? Se o próprio governo acabou de assumir uma dívida do Banestado, um furo que significa 13% do serviço da folha. Como que o governo está quebrado se a receita é mais de 340 milhões de reais de ICMS e se a folha não chega a 250 milhões? Essa matemática de entrada e saída, essas previsões nós já conhecemos, elas são longas, essas táticas de vender.

Senhor presidente, amanhã apresentarei um projeto de lei, nesta Casa, proibindo o governo de vender o Palácio Iguaçu e de vender as suas obras de arte. Porque daqui a pouco ele vende todas as suas obras de arte, que pertencem ao povo do Paraná e à sua história.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA

Agradeço os apartes.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Tony Garcia, concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

O deputado Beraldin sabe muito bem que não foi vendido ainda, porque ele tem percorrido muito os corredores do Palácio. É um ex-governista e está revoltado.

Quero lhe dizer, deputado Tony Garcia, que Vossa Excelência tem uma capacidade enorme de procurar, com sua habilidade, jogar uma pessoa contra a outra. Vossa Excelência colocou aí que eu estou voltando à Liderança do Governo. Quero dizer a Vossa Excelência que tenho uma postura e posições que não mudam conforme o vento, as necessidades, as vantagens, as desvantagens, os prós e os contras. O deputado Rossoni teve uma postura favorável à venda da Copel e continua com a mesma. Jamais Vossa Excelência vai, dentro de sua habilidade linguajar, que lhe

é peculiar, principalmente quando usa seu telefone celular - que é uma maldição - que nunca Vossa Excelência vai ter a capacidade de fazer uso das suas palavras, para tentar me intrigar com qualquer deputado, dentro da Casa. Não voltei à liderança, não estou na liderança. Só que sou uma pessoa que ainda, como político, fico indignado com certas coisas que vejo. Entendam como Vossas Excelências quiserem, mas eu ainda sou um político, e que muitos ainda têm o sentimento da indignidade, e eu às vezes fico enojado, me dá repugnância de ver os bastidores e de ver a política brasileira.

Assisti no Senado da República, deputado Waldyr Pugliesi, e Vossa Excelência claro que é um homem idôneo, muito mais do que eu, muito mais experiente, vi esses dias no Senado da República o senador Antonio Carlos Magalhães e o Jader Barbalho fazendo algo que de uma vez, as atitudes deles denigrem o Parlamento brasileiro. Por isso, deputado Tony Garcia, eu não serei aqui o Antonio Carlos Magalhães e não serei jamais o Jader Barbalho. Mas interprete como Vossa Excelência quiser a minha indignação, a resposta o senhor tem no seu coração.

Muito obrigado.

O SR. TONY GARCIA

Queria dizer ao meu amigo deputado Valdir Rossoni que tenho todo o apreço, até pelo que o senhor não perdeu a esse poder de indignação, muitas vezes eu ouvi o senhor nesta tribuna, como aconteceu na eleição da Mesa desta Casa com o senhor fazendo um discurso ácido contra o governador Jaime Lerner, aonde dizia que ele desrespeitou os amigos, os verdadeiros companheiros. Então, acredito que nesse momento quem não deveria mudar de posição conforme o vento seria o senhor, deputado Valdir Rossoni.

Fico neste momento, constrangido, porque ele fala e deixa o Plenário. Eu não gostaria de falar por trás, porque eu sou homem de falar pela frente. Então, queria pedir ao líder, Valdir Rossoni, que neste momento eu fico constrangido de vê-lo cerrando fileiras pelo governo Jaime Lerner, aonde ele se disse preterido tantas vezes escanteado com a sua lealdade. Nesse momento não sou eu que mudo de posição, sou coerente com a minha posição, não era deputado quando votei a favor da Copel, sou contra a venda da Copel, não era naquela época. Quem mudou de posição, se contradiz, é o deputado Valdir Rossoni. No meu caso eu sou coerente até o final, coloquei o projeto, vou a favor, contrário a qualquer pressão. Não sofro pressão, não tenho medo de chantagem, e acho que nesse momento essa Casa deve atingir a sua maioria, porque o senhor presidente nos ensina isso com as suas atitudes, em nos juntarmos, porque nós juntos o governo sabe que não adiantou quarenta e oito, setenta e duas, cento e tantas horas de trabalho consistentes, e que não adiantou: que esta Casa unida votou contra os interesses do governo.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Amanhã teremos uma Sessão Especial com a presença do secretário da Fazenda e presidente da Copel. Quero participar os senhores deputados que nós liberamos para todos os canais de televisão do Estado que queiram transmitir diretamente a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os senhores deputados para uma Sessão Especial, terça-feira, dia 27, à hora regimental, conforme requerimento aprovado, convocando o senhor Ingo Hübert, presidente da Copel e secretário da Fazenda.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 419 e 420/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 444/99 e 078/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267 e 600/99; 106 e 347/2000; e do Projeto de Resolução nº 004/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287/2000, 014, 033, 035 e 007/2001.

Levanta-se a sessão.

**Atos da Diretoria Geral:**

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 31/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSI GOMES PANSOLIN, matrícula nº 40177, indicação de aposentadoria por invalidez permanente, a partir de 15.02.01. CID. 10-G.40.2.

(Prot. nº 2181/2001)

**PORTARIA Nº 32/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, HEITOR DA SILVA DUARTE, matrícula nº 40489, indicação de aposentadoria por invalidez permanente, a partir de 07.03.01. CID K.60.5

(Prot. nº 2180/2001)

**PORTARIA Nº 33/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, CLAUDIA RUSSI FARAH, matrícula nº 40603, de cento e vinte (120) dias, a partir de 25 de janeiro de 2001, término 25 de maio de 2.001.

(Prot. nº 2464/2001)

**PORTARIA Nº 34/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 22 de fevereiro de 2001, término 22 de março de 2.001. CID.298.0.7.

(Prot. nº 2654/2001)

**PORTARIA Nº 35/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 20 de março de 2001, término 20 de abril de 2.001. CID.298.9.0.

(Prot. nº 2653/2001)

**PORTARIA Nº 36/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO DE ARAUJO, matrícula nº 40393, de vinte (20) dias, a partir de 19 de março de 2001, término 08 de abril de 2.001. CID.0.16.

(Prot. nº 2652/2001)

**PORTARIA Nº 37/2001**

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ANGELICA BENEVIDES DO NASCIMENTO, matrícula nº 40748, de cento e vinte (120) dias, a partir de 16 de março de 2001, término 13 de julho de 2.001. CID.080.9.

(Prot. nº 2664/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.03.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral